



N.º 23

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA VINTE DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E
QUATRO / DO MANDATO 2021/2025.**

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta minutos, no Palácio D. Manuel reuniu a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia:**

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.
- b) Proposta de aprovação das Atas número 20 da sessão extraordinária de 25/05/2024 e número 21 da sessão ordinária de 21/06/2024.

III. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Nos termos do n.º 1 do art.º 16º e da alínea a) do ponto 2 do art.º 32º do Regimento da AME, a Assembleia Municipal apresenta os seguintes pontos:

- 1. Relatório do Grupo de Trabalho para acompanhamento de Évora 27.

Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta o seguinte ponto:

- 2. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo (Para conhecimento);
- 3. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2025;
- 4. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2025;
- 5. Derrama para 2025;
- 6. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2025;
- 7. Participação Variável no IRS para 2025;
- 8. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025;
- 9. Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora / Atualização de valores para o ano de 2025;
- 10. Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais no ano de 2025, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- 11. Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2025, para ocorrer a dificuldades de Tesouraria;
- 12. Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;

13. Alteração Simplificada ao Plano de Urbanização de Évora. Processo 4/DORU;
14. Aceitação da Mutuação da Dominialidade Pública | Hospital Central do Alentejo. Acessos Rodoviários;
15. Contratos Interadministrativos para Delegação de Competências com as Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho, para o ano 2025. (Proposta pendente de deliberação da Reunião de Câmara de 11 de dezembro);
16. Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Évora para o ano de 2025. (Proposta pendente de deliberação da Reunião de Câmara de 11 de dezembro).
17. Informação Financeira | 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, PPI e PAM – 2024.
18. Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau | Chefe de Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento, da Estrutura Orgânica do Município de Évora.
19. Plano de Atividades e Orçamento para 2025 e Plano Plurianual de Investimentos 2026/2029 da Habévora. E.M. (Para conhecimento)

IV. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão cumprimentando o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os Deputados Municipais, o público presente e os funcionários que asseguravam o funcionamento da Sessão.

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente da Assembleia Municipal - Jorge Quina Ribeiro de Araújo

1º Secretário - Ananias Delfim Courelas Quintano

2ª Secretária - Maria da Nazaré Pereira Lança

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando as seguintes presenças e ausências:

- Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- Maria Clara Canotilho Grácio
- Lília Graciete Zambujo Fidalgo
- José Maria Rodrigues Figueira
- Gertrudes da Conceição Gomes Pastor
- António João Tonaco Gavela
- Isidro José de Oliveira Lobo
- Joaquim António Filipe Pimpão
- Vítor Manuel Metrogos Frango (em substituição de Bruno Manuel dos Santos Martins)
- José Vitorino Piteira
- Maria Antónia Mendes Zacarias (em substituição de David Miguel Mirrado Lopes)
- Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita
- José Manuel Banha Correia (em substituição de Maria Cristina Correia Santos Mata)
- Paulo José Veiga Ribeiro (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)
- Natanael José Carvalho da Vinha
- Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro
- Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- Bernarda Julieta da Noite Cota

- 1 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
- 2 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- 3 - Luís Carlos Fialho Pardal
- 4 - Redolfo Constantino Pereira
- 5 - Luísa de Jesus Godinho Fialho Oliveira (em substituição de Paula Cristina Nobre de
- 6 Deus)
- 7 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- 8 - António Carlos Lança Carriço (em substituição de Ana Raquel Simões de Abreu
- 9 Taboleiros)
- 10 - Francisco Manuel Branco de Brito
- 11 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- 12 - Maria de Lurdes Beraldo de Brito (em substituição de Luís Maria Nunes dos Santos)
- 13 - Filipa Gomes de Almeida Perdigão Lobo da Silveira (em substituição de Diogo Costa
- 14 Freitas Pestana de
- 15 Vasconcelos)
- 16 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso
- 17
- 18 A Câmara Municipal fez-se representar por:
- 19 - Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
- 20 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
- 21 - Alexandre Manuel Rosa Varela
- 22 - Lurdes Judite Dionísio Bravo Nico
- 23 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita
- 24 - Patrícia José Correia Raposinho
- 25 - Florbela da Luz Descalço Fernandes
- 26

27 I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

28

29 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao período de intervenção do público
30 e questionou se alguém pretendia intervir, tendo-se verificado o seguinte pedido.

31 O Município António José Pinheiro Mourato leu a seguinte intervenção:

32 “*Senhor Presidente da Mesa,*

33 *Permita-me que intervenha para colocar à consideração dos Membros Eleitos para a*
34 *Assembleia Municipal com direito a voto, e só a estes, uma questão política*
35 *problemática, no sentido de uma tomada de posição e decisão, conveniente e inequívoca.*
36 *Considerando que a assembleia municipal, tem competências de apreciação e*
37 *fiscalização, devendo acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal.*

38 *Considerando que se constata, na sociedade eborense (veja-se nomeadamente as redes*
39 *sociais), uma clara manifestação de repúdio, pelas práticas da atual presidência da*
40 *câmara municipal, detida por uma minoria partidária.*

41 *Considerando que a força política que tem a presidência da Câmara, não tem a maioria*
42 *nesta Assembleia.*

43 *Pergunto:*

44 *Está ou não, a maioria dos membros da Assembleia Municipal, interessada em efetuar*
45 *uma intervenção concertada, no sentido de colocar um travão e encontrar formas de*
46 *impedir, todas as decisões que sejam arbitrariamente tomadas, pela atual presidência da*
47 *Câmara Municipal de Évora. Colocando termo ao permanente responder da C.M.E.*
48 *“que se vai fazer”, mas na realidade “não se faz nada”.*

49 *Nota: Espero que não se fique indiferente, como aconteceu com o pedido feito na*
50 *Assembleia de 2022-04-22, para “uma intervenção, no sentido de a Câmara Municipal*
51

1 *de Évora, cumprir e fazer cumprir a Legislação e Regulamentação em vigor”, o que*
2 *continua a não se verificar.”*

3
4 **O deputado Gonçalo Costa** expressou o desejo de ouvir algumas palavras do senhor
5 Presidente Câmara, relativamente à questão apresentada, bem como ao desabafo
6 manifestado por um munícipe. Este desabafo refletia não apenas o seu estado de espírito,
7 mas também um sentimento generalizado de descontentamento, face à gestão camarária.
8 Importa salientar que essa insatisfação não se dirigia pessoalmente ao senhor Presidente,
9 mas antes à perceção de uma incapacidade da Câmara Municipal em responder
10 adequadamente às necessidades do concelho e da população, cuja satisfação constitui uma
11 responsabilidade fundamental da autarquia.

12
13 **O deputado José Figueira** não compreendeu, claramente, a questão apresentada e
14 destacou que esta Assembleia deve pronunciar-se sobre temas concretos e objetivos e,
15 relativamente ao que foi exposto, admitiu não ter compreendido plenamente,
16 manifestando o desejo de obter um esclarecimento melhor.

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal**, verificando não haver mais pedidos de
19 intervenção, deu por terminado o período de intervenção do público.

20
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período de Antes da Ordem do
22 Dia.

23 24 **I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

25
26 **a) Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal.**

27
28 **b) Proposta de aprovação das Atas número 20 da sessão extraordinária de**
29 **25/05/2024 e número 21 da sessão ordinária de 21/06/2024.**

30
31 **O Presidente da Assembleia Municipal** interveio com o propósito de comunicar que,
32 provavelmente já seria do conhecimento de todos, em relação ao pedido de desagregação
33 da União de Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro não foi aceite, não tendo
34 obtido sucesso, com base na interpretação legal das datas, que remete todas as decisões
35 para fora do prazo estabelecido.

36 De acordo com essa interpretação, o prazo limite para a conclusão do processo foi
37 considerado como sendo 21 de dezembro de 2022. No entanto, o requerimento da
38 Assembleia da União de Freguesias data de 27 de dezembro de 2022, o parecer da Câmara
39 Municipal foi emitido a 25 de março de 2023 e a Assembleia reuniu-se em sessão
40 extraordinária dez dias depois, deliberando por unanimidade.

41 Dado que todos estes atos ocorreram após o prazo agora considerado determinante, o
42 pedido foi indeferido. A questão segue agora para análise jurídica, havendo possibilidade
43 de contestação, mas sem que, neste momento, a Assembleia tenha competência para
44 intervir no processo.

45
46 **O deputado António Gavela** prestou uma informação relativamente a esta questão,
47 referindo que a rejeição agora decidida, em 6 de dezembro, pelo grupo de trabalho da
48 Assembleia da República resultou da votação, na qual os votos contra a desagregação
49 foram expressos pelo PSD, PS, Chega e CDS-PP, enquanto o PCP votou a favor.

50 Sublinhou que o principal responsável por esta situação foi o Partido Socialista, que, na
51 Assembleia de Freguesia, instruiu incorretamente o processo, tendo este sido aprovado

1 uma primeira vez e, posteriormente, revisto e reenviado para a Assembleia Municipal.
2 Esta última, conforme consta em atas, arrastou o processo a tal ponto que, em determinada
3 ocasião, a Presidente da Junta questionou sobre o desenvolvimento da questão, ao que o
4 Presidente da Assembleia Municipal respondeu que ainda não tinha tratado do assunto e,
5 consequentemente, o prazo estabelecido foi ultrapassado.

6 Esclareceu, ainda, que a Câmara Municipal deveria ter emitido um parecer, mas que, nos
7 termos da lei, caso este não fosse emitido no prazo de 30 dias, considerar-se-ia
8 automaticamente positivo. Destacou, contudo, que o Tribunal Constitucional emitiu um
9 parecer no qual referiu que a ultrapassagem do prazo não constituía fundamento para a
10 rejeição, o que tornava possível a interposição de recurso.

11 Assim, a CDU propôs que a Assembleia Municipal recorresse junto das entidades
12 competentes, invocando o parecer do Tribunal Constitucional, com vista à reversão da
13 decisão e ao respeito pelos anseios e direitos das populações das freguesias em causa.

14
15 **O deputado Paulo Ribeiro** expressou um cumprimento democrático à senhora
16 Presidente da Junta, manifestando o reconhecimento de que, da parte do Movimento
17 Cuidar de Évora, a máxima expressão da liberdade das populações de São Mansos e
18 Vendinha reside na sua manutenção como entidades independentes. Assim, foi afirmado
19 o compromisso de apoiar os próximos atos, processos e procedimentos que a senhora
20 Presidente venha a adotar, em representação dessas populações. Foi, ainda, expressa
21 preocupação face ao voto contrário registado, reiterando-se a defesa da vontade popular
22 e o compromisso com os princípios democráticos.

23
24 **A deputada Florinda Russo** referiu que não era expectável obter essa resposta, contudo,
25 também não da forma como a CDU a explanou e justificou. Como é do conhecimento
26 geral, não foi adotada essa abordagem, uma vez que existiam dúvidas quanto ao prazo e
27 à interpretação jurídica da legislação em vigor. De facto, nenhum dos presentes tinha
28 conhecimento exato da data correta, uma vez que a legislação não era suficientemente
29 explícita, o que levou a acreditar que a entrega deveria ocorrer até ao dia 21.

30 Neste contexto, não houve qualquer devolução do processo, mas sim a necessidade de
31 proceder a correções, de forma a cumprir os critérios exigidos. Assim, o processo foi
32 reformulado para garantir que todos os requisitos necessários estivessem devidamente
33 contemplados em relação às duas freguesias em questão.

34 Deste modo, não se pode atribuir culpa a nenhuma das partes, mas sim reconhecer que
35 houve uma interpretação inadequada da legislação, partilhada por todos os envolvidos.
36 Ainda assim, manteve-se o compromisso com o objetivo da desagregação, tendo sido
37 reiterada a intenção de adotar todas as medidas necessárias para alcançar esse fim, bem
38 como de se opor a qualquer situação que o pudesse comprometer.

39
40 **O deputado António Gavela** abordou a questão em apreço, referindo que o processo
41 decorreu conforme estabelecido, tendo sido, no entanto, rejeitado. Destacou a existência
42 de um parecer do Tribunal Constitucional, que indica que o prazo não constitui motivo
43 para a rejeição e que a entidade com legitimidade para recorrer e invocar esse parecer é a
44 Assembleia Municipal, uma vez que é responsável pela condução do processo, junto da
45 Assembleia da República.

46 Neste contexto, a CDU apresentou uma proposta no sentido de que a Assembleia
47 Municipal avance com esse recurso, de forma a responder aos anseios da população.
48 Embora reconhecendo a complexidade e os desafios que marcaram o processo, bem como
49 o facto de a aprovação ter ocorrido fora do prazo, a CDU defendeu que, dado o parecer
50 existente, não se deveria desistir da iniciativa. Assim, propôs que se envidassem esforços
51 para garantir o reconhecimento dos direitos das populações envolvidas.

1
2 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que a desagregação da referida Freguesia foi
3 votada por unanimidade nesta Assembleia, contando com a concordância de todas as
4 forças políticas, em respeito pela vontade expressa pelos órgãos das Freguesias de São
5 Manços e da Vendinha.

6 Referiu ainda que, na Assembleia da República, foi aplicado um critério legal de forma
7 transversal a todos os processos submetidos ou deliberados, para além do prazo
8 estipulado. Destacou que a única força política que interpretou de forma diferente os
9 prazos estabelecidos foi a CDU, através do deputado António Filipe, facto que
10 corresponde inteiramente à verdade.

11 Contudo, salientou que, no entendimento democrático do grupo de trabalho, o critério do
12 prazo assumiu carácter imperativo, razão pela qual todos os processos que se encontravam
13 nessa situação foram rejeitados e defendeu que deveria ser assegurado o respeito pela
14 vontade manifestada pelos órgãos das Freguesias de São Manços e da Vendinha,
15 procurando, dentro do enquadramento legal, corresponder a esse anseio.

16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** reconheceu, perante a própria Assembleia, ter
18 involuntariamente atrasado o processo em questão. No entanto, esclareceu que esse atraso
19 não teve qualquer impacto na decisão agora tomada. Destacou, ainda, que o documento
20 da União de Freguesias data de 27 de dezembro, tendo a Câmara Municipal emitido o seu
21 parecer em 15 de março; o parecer final, da competência da Assembleia Municipal, foi
22 deliberado dez dias depois, numa sessão extraordinária.

23 Sublinhou, igualmente, que todo este processo decorreu fora dos prazos que agora foram
24 considerados adequados. Assim, embora tenha assumido a existência de um atraso
25 involuntário, reforçou que tal circunstância não influenciou a decisão tomada. Por
26 conseguinte, considerou infundada qualquer acusação de que o Partido Socialista teria
27 sido responsável por esse atraso.

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum dos membros da
30 Assembleia se opunha à apresentação, pelo PCP, de uma proposta extemporânea, após
31 obter o acordo dos demais membros.

32
33 **O deputado Francisco Figueira** dirigiu-se ao senhor Presidente, confessando que não
34 compreendeu claramente a proposta em questão. Questionou qual era, concretamente, a
35 medida apresentada, indagando se se tratava de um recurso da Assembleia Municipal ao
36 Tribunal Administrativo para impugnação. Salientou, ainda, a necessidade de uma maior
37 objetividade na formulação da proposta.

38
39 **O deputado António Gavela** disse que, com base no parecer do Tribunal Constitucional,
40 que indicava que o prazo não constituía motivo para rejeição, destacou a existência de
41 uma dupla interpretação entre o grupo parlamentar das freguesias e o referido tribunal.
42 Nesse sentido, considerou que essa oportunidade deveria ser explorada até ao limite.

43
44 **O deputado Francisco Figueira** questionou se era para se recorrer à via judicial. No
45 entanto, salientou que a Assembleia Municipal não dispunha de competências para
46 apresentar recurso ao Tribunal Constitucional, uma vez que tal não se enquadrava no seu
47 âmbito de atuação. Assim, considerou essencial que a CDU clarificasse o objetivo da sua
48 proposta. Reconheceu os princípios subjacentes à argumentação apresentada, mas
49 questionou sobre o que, concretamente, a Assembleia Municipal iria deliberar, que
50 diligências poderia tomar e quais seriam as ações a empreender. Destacou ainda que, com

1 certeza, existiria um órgão competente para apreciar um eventual recurso da Assembleia
2 Municipal.

3
4 **O deputado António Gavela** afirmou que, certamente, existia um órgão competente para
5 analisar um recurso da Assembleia Municipal. Nesse sentido, a CDU propôs que tal
6 recurso fosse interposto, considerando a provável existência de uma estrutura intermédia
7 ou equivalente para essa análise. Acrescentou, ainda, que não era por acaso que o Tribunal
8 Constitucional emitia pareceres com o objetivo de viabilizar recursos.

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao deputado António Gavela que a
11 proposta fosse formalizada por escrito, uma vez que não seria possível a sua deliberação
12 sem um documento concreto.

13
14 **O deputado Gonçalo Costa** afirmou que todos partilhavam o espírito de respeito pela
15 decisão tomada pelas populações das freguesias abrangidas. Destacou que a questão
16 essencial a esclarecer, naquele momento, era se a Assembleia Municipal dispunha de
17 competência para apresentar um recurso dessa natureza. Considerou que, pelo menos,
18 poderia ser votada uma recomendação no sentido de reavaliar a decisão. No entanto,
19 admitiu não ter certeza sobre a legitimidade da Assembleia enquanto órgão para interpor
20 tal recurso junto do Tribunal Constitucional. Ainda assim, sublinhou que, no essencial,
21 havia consenso quanto à necessidade de recorrer daquela decisão.

22
23 **O deputado António Gavela** questionou que, se todos estavam de acordo com a
24 desagregação, por que motivo a Assembleia não assumira a responsabilidade de procurar,
25 com base na decisão e no parecer do Tribunal Constitucional, uma forma de colocar a
26 questão. Acrescentou ainda que importaria refletir sobre o que se perderia ao não proceder
27 dessa maneira.

28
29 **O deputado Gonçalo Costa** considerou que a questão em análise não era objeto de
30 contestação. A questão que estava a ser articulada entre os presentes dizia respeito à forma
31 de apresentação e à definição de quem detinha competência para o fazer.

32
33 **A deputada Clara Grácio** informou que foi tomada a decisão de não aceitar, ou de
34 inviabilizar, a desagregação das freguesias. A argumentação utilizada foi a de que não
35 seria possível proceder a tal desagregação, conforme determinado por um órgão
36 competente. Face a essa decisão, recorre-se ao referido órgão, com base no parecer do
37 Tribunal Constitucional. Assim, a Assembleia Municipal recorre à entidade responsável
38 pela decisão, alegando o parecer do Tribunal Constitucional, defendendo o caminho
39 jurídico apropriado.

40
41 **O deputado Francisco Figueira** referiu que, politicamente, apelavam à Assembleia da
42 República para que fosse adotada uma interpretação distinta, seguindo a linha do que foi
43 estabelecido pelo acórdão do Tribunal Constitucional. Esta abordagem, segundo afirmou,
44 era substancialmente diferente da apresentação de um recurso perante um órgão judicial
45 para o qual não se possuía competência.

46
47 **O deputado António Gavela** referiu que estava apenas a aludir à possibilidade de
48 recorrer junto dos órgãos competentes. Salientou que a Assembleia da República é um
49 órgão competente e expressou satisfação pelo esclarecimento sobre o rumo a seguir.

1 **O deputado Natanael Vinha** tendo pleno conhecimento da matéria em causa, expressou
2 a sua vontade de apresentar uma declaração política no sentido de apoiar a separação das
3 freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro. Esta questão não é nova, pois já foi
4 abordada e aprovada anteriormente, com pareceres emitidos sobre o assunto, quando lhe
5 foi solicitado, sendo que, agora, é solicitada à Assembleia Municipal a reafirmação da sua
6 posição.

7 Foi, ainda, mencionado que se encontra em curso uma consulta jurídica, da qual o
8 deputado não consegue participar, uma vez que não possui a competência necessária para
9 tratar deste pormenor específico. Adicionalmente, tendo em conta que a Assembleia
10 Municipal não dispõe de juristas entre os seus quadros de funcionários, o deputado
11 considerou que seria preferível apoiar uma recomendação para que os órgãos autárquicos
12 envolvidos no processo, nomeadamente a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e
13 a Junta de Freguesia, se entendessem, após consultarem juristas sobre o tema, e agissem
14 em defesa das deliberações anteriormente tomadas.

15 O deputado, por sua parte, manifestou plena confiança de que estes órgãos, reunidos em
16 diálogo e devidamente assessorados, seriam capazes de alcançar uma solução
17 fundamentada. Assim, sugeriu que, para dirimir a questão, seria mais adequado aprovar
18 uma recomendação ou um voto de reafirmação da posição já adotada, de forma a
19 assegurar que todas as ações ao alcance destes órgãos fossem levadas a cabo, com o
20 objetivo de alcançar uma resolução positiva.

21 Referiu que um outro caminho possível seria solicitar ao órgão que tomou uma decisão,
22 devidamente fundamentada, que reverterse a sua posição. No entanto, tal medida
23 corresponderia, na prática, a uma Moção de Confiança ao deputado da CDU no
24 Parlamento, que votou contra a deliberação, pelo que o deputado sugeriu que seria mais
25 eficaz procurar o melhor caminho para resolver a situação do que tomar ações superficiais
26 que não resultariam em nenhum avanço.

27
28 **A deputada Elmina Lopes** expressou, de forma veemente, a sua surpresa perante a
29 situação. Considerou inacreditável a decisão tomada e apelou para que as populações de
30 São Vicente do Pigeiro e da Vendinha estivessem atentas ao que estava a acontecer na
31 Assembleia. Refletindo sobre a questão, manifestou a sua discordância quanto à decisão,
32 lembrando que a mesma havia sido contestada e que não seria deixada de lado ou remetida
33 para as freguesias para mais reuniões. Ressaltou que a decisão seria reapresentada, tendo
34 já sido validada pelas Assembleias de Freguesia. A deputada sublinhou o desejo de refletir
35 sobre a mesma, pois acreditava que era vontade das populações a desagregação. Destacou,
36 ainda, os esforços e diligências que seriam efetuados, utilizando os meios disponíveis,
37 para tentar reverter essa decisão. Finalizou lamentando que, na Assembleia, apenas um
38 deputado, o senhor deputado Natanael Vinha, tivesse tido o discernimento de perceber
39 que a situação poderia ser abordada de outra forma. A deputada expressou, assim, a sua
40 perplexidade face à argumentação do referido deputado.

41
42 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** expressou a sua discordância em relação ao que havia
43 sido mencionado anteriormente. Considerou que as declarações proferidas pela bancada
44 do Partido Socialista reforçavam precisamente a necessidade de um compromisso por
45 parte dos diversos órgãos autárquicos, incluindo a Assembleia Municipal, a Câmara
46 Municipal e a União de Freguesias, no sentido de recorrer da referida decisão. Assim,
47 reiterou a proposta previamente apresentada, sublinhando a importância de uma
48 recomendação que reforçasse essa ideia, uma vez que, de outra forma, a decisão em
49 questão não poderia ser revertida. Destacou, ainda, que lhe parecia inequívoco que o
50 recurso dessa decisão se tornava indispensável.

1 **A deputada Nazaré Lança** referiu que já existiam dois acórdãos do Tribunal
2 Constitucional, mencionados no parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais,
3 Direitos, Liberdades e Garantias, a qual se pronunciou sobre o prazo a considerar para a
4 aprovação do processo em questão.

5 O debate centrou-se no procedimento especial, simplificado e transitório, previsto no
6 artigo 25, sendo esse o ponto em análise. O entendimento seguido foi o já anteriormente
7 exposto, considerando que não se justificava insistir na sua aplicação,
8 independentemente da possibilidade de reação perante esta situação.

9 Nada obstava a que a desagregação de freguesias ocorresse ao abrigo do regime geral
10 estabelecido na Lei n.º 39/2021, em alternativa ao regime especial, simplificado e
11 transitório. No entanto, face às decisões já proferidas pelo Tribunal Constitucional,
12 considerou-se que este último regime não seria viável.

13 Foi, aliás, com fundamento nesses acórdãos que a Comissão de Assuntos Constitucionais,
14 Direitos, Liberdades e Garantias tomou a sua decisão. Ainda assim, nada impedia que,
15 paralelamente, se avançasse com o regime geral previsto na legislação aplicável, sendo
16 que uma possibilidade não excluía a outra.

17
18 **A deputada Florinda Russo** referiu que, de acordo com o regime geral, não existiam tais
19 possibilidades, uma vez que os critérios estabelecidos nesse regime tinham sido
20 cumpridos. Destacou, ainda, que aquilo que havia sido alcançado, ou pelo menos tentado,
21 respeitava os critérios definidos, e que a localidade em questão não possuía 3.000
22 habitantes.

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** recordou a todos que a Assembleia não
25 dispunha de acesso direto aos serviços jurídicos do Município. Assim, apenas poderia
26 avançar com a devida autorização da Câmara Municipal. Salientou que apenas com essa
27 autorização seria possível recorrer aos referidos serviços jurídicos e, se necessário,
28 assumiria pessoalmente essa diligência. No entanto, manifestou a sua total discordância
29 relativamente a esse modo de funcionamento. Acrescentou que, caso fosse
30 imprescindível, solicitá-lo-ia ao senhor Presidente da Câmara, embora considerasse que
31 tal procedimento não fosse o mais adequado.

32
33 **O Presidente da Câmara** reafirmou ainda que, como procedimento habitual, caso a
34 Assembleia desejasse solicitar um parecer ao serviço jurídico, deveria formalizar o pedido
35 junto desse mesmo serviço. O responsável eleito por essa área encaminharia o pedido aos
36 serviços competentes e comunicaria à Assembleia o respetivo parecer. Sublinhou que,
37 caso o pedido fosse dirigido à divisão jurídica, seriam dadas as indicações necessárias
38 para que fosse devidamente processado e cumprido.

39
40 **O deputado Paulo Ribeiro** expressou, de forma sucinta, o apoio da sua Bancada àquilo
41 que considerou ser a manifestação mais fiel da vontade da população. Tendo em conta a
42 existência de dúvidas quanto ao meio a utilizar, para estabelecer contacto com o Tribunal
43 Constitucional, o deputado Gonçalo Costa sugeriu a via da recomendação. O senhor
44 Presidente, no exercício das suas atribuições e competências, poderia recorrer a essa
45 possibilidade. Neste sentido, foi manifestado consenso, considerando-se essa a solução
46 mais adequada. Para tal, recorreram-se aos serviços competentes, com o objetivo de obter
47 um fundamento jurídico que legitimasse e viabilizasse a intenção em causa.

48
49 **O deputado Natanael Vinha** admitiu que não lhe parecia claro que a proposta em
50 questão fosse a apresentada pela CDU, para aquele ponto da ordem de trabalhos, no
51 entanto, reconheceu a possibilidade de não existir outra alternativa. Acrescentou, ainda,

1 que também tinha uma proposta a apresentar sobre o assunto, nos seguintes termos: “A
2 *Assembleia Municipal de Évora, reunida a 20 de dezembro de 2024, reiterou o seu*
3 *entendimento quanto ao cumprimento da sua vontade e deliberação relativas à*
4 *desagregação da União das Freguesias de São Manços e São Vicente do Pigeiro. Para*
5 *esse efeito, a Assembleia Municipal de Évora, a Câmara Municipal de Évora e a União*
6 *das Freguesias comprometeram-se a elaborar o recurso que se afigurasse adequado,*
7 *com base no melhor aconselhamento jurídico disponível.”*

8 A proposta apresentada visou permitir a concertação entre os diversos órgãos envolvidos,
9 garantindo a obtenção da melhor orientação jurídica possível. Assim, ficou estabelecido
10 que, individual ou conjuntamente, os órgãos competentes poderiam recorrer da decisão,
11 desde que existisse fundamento jurídico para tal, assegurando, desta forma, a defesa dos
12 interesses da comunidade dentro dos limites legais aplicáveis.

13
14 **A deputada Clara Grácio** realçou que eram questões muito sérias e que, na ocasião,
15 todos haviam votado por unanimidade a favor de dar voz às populações. Expressou a
16 insatisfação geral, face ao facto de o processo ter sido inviabilizado devido ao prazo e que
17 todos desejavam que houvesse um recurso, termo com o qual a deputada concordava. A
18 sua intervenção foi clara ao afirmar que o essencial não era discutir propostas A, B ou C,
19 ou identificar quem as propôs, o ponto principal desde o início fora o compromisso de
20 recorrer da decisão, com o objetivo de garantir que as populações tivessem aquilo que
21 pretendiam: a desagregação das freguesias.

22
23 **O Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que, finalmente, havia uma voz
24 sensata. Sugeriu à Assembleia que confiasse na Mesa para conduzir o processo, uma vez
25 que todos estavam de acordo com a necessidade de recorrer. Destacou que a Mesa contava
26 com uma jurista credenciada e, por isso, caso a Assembleia confiasse na Mesa,
27 procederiam de acordo com as possibilidades que surgissem em diálogo com a assessoria
28 jurídica da Câmara.

29
30 **O deputado António Gavela** considerou que a população da Vendinha e de São Manços
31 gostaria que a Assembleia se tivesse manifestado pelo voto em relação ao recurso, de
32 forma a verificar que a posição defendida seria a da reversão da situação, e não a de a
33 manter.

34
35 **O deputado Francisco Figueira** manifestou, da parte da sua bancada, total concordância
36 com a proposta que acabara de ser apresentada. As populações de São Manços e da
37 Vendinha já haviam tido a oportunidade de perceber que esta Assembleia se manifestara,
38 por unanimidade, a favor da vontade expressa por essas populações. Assim, tratava-se de
39 uma questão meramente procedimental ou processual, sendo que, da parte da sua bancada,
40 se entendeu que esse processo deveria ser conduzido pelo senhor Presidente.

41 **O deputado Gonçalo Costa** afirmou, da parte da Bancada Municipal do Partido
42 Socialista, a total confiança na Mesa e na forma como conduzirão esse processo, pelo que
43 a posição assumida foi de concordância com a proposta apresentada.

44
45 **O deputado Paulo Ribeiro** reiterou as suas palavras, expressando confiança nas hábeis
46 mãos do senhor Presidente e na competência dos estimados colegas da Mesa.

47
48 **O Presidente da Assembleia Municipal**, tendo em conta que a maioria da Assembleia
49 aprovou a proposta da Mesa, considerou que não seria necessário proceder à votação das
50 propostas que estavam pendentes.

1 **O deputado Natanael Vinha** informou que retirava a sua proposta.

2
3 **O deputado António Gavela** confirmou, também, que retirava a sua proposta.

4
5 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam passar ao ponto seguinte,
6 colocando à votação a Ata nº 20 da sessão extraordinária de 25/05/2024 e a Ata nº 21 da
7 sessão ordinária de 21/06/2024.

8
9 **Deliberação da Ata nº 20 de 25-05-2024:**

10 **Aprovada por unanimidade.**

11 Os deputados municipais Clara Grácio (CDU), Lília Fidalgo (CDU), António Gavela
12 (CDU), Joaquim Pimpão (CDU), Maria Cristina Mata (MCE), Bernarda Cota (PS),
13 Ananias Quintano (PS) Maria de Lurdes Beraldo de Brito (Coligação Mudar com
14 Confiança), não votaram por não estarem presentes na sessão a que ela respeita.

15
16 **Deliberação da Ata nº 21 de 21-06-2024:**

17 **Aprovada por unanimidade.**

18 Os deputados municipais Ananias Quintano (PS), Gertrudes Pastor (CDU), Joaquim
19 Pimpão (CDU), Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso (PS), Maria de Lurdes Brito
20 (Coligação Mudar com Confiança) e Filipa Gomes de Almeida Perdigão (Coligação
21 Mudar com Confiança), não votaram por não estarem presentes na sessão a que ela
22 respeita.

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao Período da Ordem do Dia.

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o aditamento dos pontos 17,
27 18 e 19 na Ordem do Dia.

28
29 **Deliberação do aditamento dos pontos 17, 18 e 19 na Ordem do Dia.**

30 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

31
32 **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 2.

35
36 **1. Relatório do Grupo de Trabalho para acompanhamento de Évora 27.**

37
38 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que o relatório não foi recebido,
39 porém, o grupo de trabalho apresentaria oralmente as conclusões desse primeiro trabalho.

40
41 **O deputado Gonçalo Costa** esclareceu que não era possível apresentar, naquela sessão,
42 o relatório em questão porque a reunião se tinha realizado na véspera.

43 Informou que o senhor Presidente da Assembleia solicitou uma reunião com a equipa
44 diretiva da Associação Évora 27, a qual foi de imediato aceite, mas houve dificuldades
45 na conciliação de datas para a sua concretização, o que só se verificou no dia anterior, dia
46 19, portanto não houve tempo suficiente para elaborar e partilhar atempadamente um
47 documento escrito que servisse de base para o debate.

48 Manifestou o agradecimento à direção da Associação Évora 27 pela disponibilidade
49 demonstrada e informou que, além dele próprio, estiveram presentes na reunião os
50 deputados municipais Francisco Figueira, João Sousa e Ricardo Cardoso e que os
51 restantes deputados municipais que integram o grupo não puderam comparecer,

nomeadamente, o deputado Bruno Martins, do Bloco de Esquerda, que se encontra de baixa, e o representante do PCP, por motivos de indisponibilidade.

Pela direção da Associação Évora 27, participaram na reunião a Presidente, Maria do Céu Ramos, o Diretor Financeiro, António Costa da Silva, e o Diretor de Comunicação e Alcance, Bruno Fraga Brás. O encontro teve a duração de aproximadamente duas horas e permitiu ao grupo inteirar-se do estado das diversas ações em curso e obter um enquadramento do processo.

Embora não tivesse sido possível apresentar um relatório formal naquela ocasião, propôs que este ponto fosse incluído numa reunião extraordinária da Assembleia Municipal, a realizar assim que o referido relatório estivesse concluído e harmonizado entre os membros da Assembleia presentes na reunião e que ainda se aguardava a receção de alguns documentos que a Presidente da Associação se comprometeu a enviar. Referiu que o objetivo seria a elaboração de um relatório sintético que permitisse clarificar a situação das intervenções em curso e propôs que o tema fosse abordado numa reunião extraordinária da Assembleia Municipal, cuja realização ficaria a cargo da Mesa.

Fez um apelo à unidade em torno do projeto Évora 27, considerando que este deveria ser um desígnio coletivo que congregasse todos os envolvidos. Defendeu que, dentro das competências delegadas pelos eleitores, deveria ser realizado um esforço conjunto para garantir o sucesso do projeto, em benefício da região, da cidade e, sobretudo, dos seus cidadãos.

O deputado José Figueira afirmou que a CDU estava de acordo com a discussão daquele assunto em Assembleia extraordinária. No entanto, salientou a importância de conhecer o prazo previsto pelo coordenador do grupo de trabalho, para a conclusão do relatório, de modo a permitir uma análise aprofundada do mesmo.

O deputado Gonçalo Costa referiu que assim que os documentos, cuja receção havia sido garantida, fossem entregues e analisados poderiam efetuar esse relatório. No entanto, presumia que um prazo razoável para a conclusão do mesmo seria no final de janeiro ou início de fevereiro.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passavam ao ponto 2.

2. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a situação financeira do mesmo - Para conhecimento.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal recordou que era habitual fazer algumas referências breves, destacar pontos relevantes e acrescentar informações sobre questões que surgiram, nomeadamente no âmbito da economia local.

Nesse contexto, salientou a abertura do Retail Park, um empreendimento que resultou na criação de 150 a 200 postos de trabalho, dos quais uma parte significativa já havia sido preenchida, e a inauguração do Hotel Holiday Inn, um investimento de 17 milhões de euros que resultou na criação de 35 postos de trabalho e disponibiliza um total de 76 quartos.

Destacou a segunda edição do Festival do Azeite Novo, uma iniciativa promovida em parceria com o Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo, com o objetivo de valorizar e divulgar o azeite produzido na região.

1
2 Assinalou a Gala do NERE, um evento que destacou um conjunto de empresas e
3 personalidades com um papel relevante na área económica, bem como a abertura da
4 Moviflor, uma marca com tradição em Portugal, que regressou a Évora, proporcionando
5 a criação de 40 novos postos de trabalho.

6
7 No panorama desportivo, referiu a passagem do Lusitano à fase seguinte da Taça de
8 Portugal, após ter eliminado duas equipas da Primeira Liga, e a construção em curso do
9 Estádio Desportivo do Juventude, em terrenos cedidos pelo Município, representando um
10 investimento significativo na infraestrutura desportiva da cidade.

11
12 No âmbito do património e da cultura, destacou as comemorações do 38.º aniversário da
13 classificação do Centro Histórico de Évora como Património da Humanidade pela
14 UNESCO, com especial destaque para a homenagem e atribuição da Medalha de Ouro da
15 Cidade ao senhor Presidente Abílio Fernandes.

16
17 Por fim, realçou que foi devidamente celebrado o 10.º aniversário da inscrição do Cante
18 Alentejano na lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade e a importância desta
19 tradição para a identidade cultural da região.

20
21 **O deputado José Figueira** começou por salientou a diminuição significativa das receitas
22 provenientes de bens e serviços, que, de acordo com o relatório apresentado pela Câmara
23 Municipal, ascendeu a mais de 3 milhões e 300 mil euros. Nesse sentido, solicitou
24 esclarecimentos sobre se aquela redução estava associada às receitas de água e
25 saneamento e se a quebra de receitas tinha origem nos clientes domésticos ou não
26 domésticos, considerando a relevância desse impacto financeiro.

27 Por outro lado, referiu-se ao prazo médio de pagamentos do terceiro trimestre, cujo valor
28 registado foi de 40 dias e que, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, se
29 verificou um aumento de 20 dias e reconheceu, no entanto, que, em comparação com os
30 dados de 2014, a situação atual representava uma melhoria significativa.

31 Abordou, também, a questão da transferência de competências, particularmente no setor
32 da educação, e a dívida existente, por parte do Ministério da Educação ao Município de
33 Évora, indicando que, segundo a informação disponível, Évora seria um dos municípios
34 do Alentejo Central onde essa dívida assumia uma dimensão mais elevada. Assim,
35 solicitou esclarecimentos sobre os constrangimentos resultantes do incumprimento do
36 protocolo de transferência de competências naquela matéria.

37 Recordou que se encontrava a um ano do termo do mandato autárquico, sendo, portanto,
38 oportuno iniciar um balanço do trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal, tendo
39 em consideração o equilíbrio de forças políticas, representadas tanto na Câmara como na
40 Assembleia Municipal e reconheceu que, apesar das dificuldades identificadas pela
41 gestão da CDU, desde que assumiu responsabilidades no Município de Évora, em 2013,
42 um dos primeiros desafios enfrentados foi a aprovação de um Plano de Saneamento
43 Financeiro, cujos efeitos só começaram a ser sentidos a partir de 2019. Nesse contexto,
44 destacou o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal e pela gestão da CDU em
45 várias frentes, sublinhando que, embora o relatório trimestral não refletisse a totalidade
46 desse percurso, essa análise mais abrangente poderia ser realizada aquando da
47 apresentação do relatório de Prestação de Contas da atividade municipal, prevista para
48 março ou abril.

49
50 **O deputado Francisco Brito** retomou uma questão previamente levantada na última
51 Assembleia, relativa ao concurso do projeto do Salão Central, tendo questionado os

1 critérios adotados para a seleção do arquiteto, uma vez que foi informado que houve um
2 concurso, no entanto, apesar de ter solicitado evidências documentais que comprovassem
3 a existência desse concurso, até à data não havia recebido qualquer informação, pelo que
4 reiterou esse pedido.

5 Em seguida, abordou a temática da recolha de resíduos sólidos urbanos, particularmente
6 no Centro Histórico, com a existência de uma acumulação significativa de lixo junto aos
7 contentores, e que aquele problema não se devia apenas a atos de incivilidade, mas
8 também a uma deficiência no dimensionamento do sistema de recolha. Apesar das várias
9 referências a um estudo em curso e a uma futura implementação de um novo sistema,
10 assinalou que, passados mais de três anos de mandato, nenhuma solução efetiva havia
11 sido implementada, persistindo assim um problema que afeta a qualidade de vida dos
12 munícipes.

13 Relativamente à videovigilância no Centro Histórico questionou o ponto de situação do
14 estudo realizado pelos serviços municipais e do respetivo orçamento, indagando se já
15 havia sido estabelecido um diálogo com o Governo sobre esta matéria e se existia uma
16 calendarização definida para a implementação do sistema.

17 No âmbito do Plano de Mobilidade Sustentável, abordou a situação da Porta de Avis,
18 apontando-a como um ponto de convergência de automóveis e peões, caracterizando-a
19 como uma zona de elevado risco, embora sem registo recente de acidentes e questionou
20 se a Câmara Municipal previa intervir naquele local, uma vez que essa intervenção estava
21 prevista no referido plano.

22 Expressou também preocupação quanto à fiscalização municipal, referindo que têm sido
23 reportadas situações de ocupações ilegais de imóveis e outras questões que requeriam a
24 atuação da fiscalização municipal, sem que esta tivesse tido uma intervenção eficaz e, em
25 contrapartida, a fiscalização municipal parecia estar a incidir de forma desproporcionada
26 sobre os restaurantes do Concelho, os quais recebiam notificações e multas em vez de
27 soluções concretas para os seus problemas.

28 No que concerne à dívida municipal e à transferência de competências na área da
29 educação, recordou que havia solicitado informações sobre a dívida do Município de
30 Évora à CIMAC e à GESAMB, não tendo obtido resposta na altura, portanto, questionou
31 novamente se, naquele momento, a Câmara Municipal já dispunha daquela informação.

32 Sobre as questões relacionadas com a gestão urbanística, considerando que esta constituía
33 um dos principais desafios da gestão municipal, alertou para a situação dos
34 licenciamentos por antiguidade, explicando que, no Município de Évora, os serviços de
35 gestão urbanística apenas aceitavam intervenções anteriores a 1951, em detrimento da
36 data correta, que deveria ser 1969, altura da entrada em vigor do Regulamento Geral das
37 Edificações Urbanas no Concelho e que, para indeferir projetos, os serviços municipais
38 estavam a recorrer a plantas datadas de 1945, não homologadas, o que considerou
39 inaceitável. Concluiu afirmando que a postura da Câmara Municipal deveria pautar-se
40 pelo cumprimento da lei, mas também pela busca de soluções que facilitassem a vida dos
41 munícipes, em vez de lhes criar obstáculos adicionais.

42
43 **O deputado Luís Pardal**, relativamente à Estrada dos Aliados, salientou a necessidade
44 de dar continuidade à obra do passadiço, que permite o acesso junto ao Bairro de Santa
45 Luzia, referindo que ainda existia um troço por concluir e questionando para quando
46 estava prevista a conclusão daquela intervenção, bem como a repavimentação da estrada,
47 uma vez que se encontrava em condições degradadas.

48 Quanto à conservação da Estrada da Soeira e ao muro da Quinta de Valbom, propriedade
49 da Fundação Eugénio de Almeida, informou que já haviam sido estabelecidos contactos
50 com a Fundação, quer através de trocas de e-mails, quer por articulações com o senhor
51 Vereador Henrique Sim-Sim e que, segundo as informações recebidas, existia

1 disponibilidade por parte da Fundação para ceder parte do terreno e permitir a construção
2 de um novo passadiço e que essa solução seria importante para garantir maior segurança
3 na circulação pedonal, pelo que questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre o
4 seu entendimento em relação àquele processo, uma vez que o estado de conservação do
5 muro suscitava preocupações e que o piso daquela estrada se encontrava em mau estado
6 e necessitava de intervenção.

7 Relembrou que na última Assembleia Municipal tinha abordado a questão da iluminação
8 pública na Estrada Nacional 18, onde várias luminárias se encontravam apagadas no troço
9 conhecido como "ponto negro" na Garraia, um local particularmente perigoso para a
10 circulação rodoviária e que, na altura, questionou o Presidente da Câmara Municipal
11 sobre a eventual existência de um impasse entre a Câmara e a Infraestruturas de Portugal
12 (IP) quanto à responsabilidade pelo pagamento das custas dessas luminárias e como não
13 obteve uma resposta voltou a solicitar informações sobre a questão.

14 Ainda no âmbito da iluminação pública, referiu que, no troço da Ecopista entre o Chafariz
15 d'El Rei e a Estrada da Igrejinha, cerca de metade das luminárias existentes encontravam-
16 se apagadas e sublinhou que a Ecopista era muito frequentada, inclusive durante a noite,
17 pelo que a melhoria das condições de iluminação era essencial, não só para a visibilidade,
18 mas, sobretudo, para a segurança dos utilizadores.

19 Sobre a recolha de veículos abandonados indicou que a Junta de Freguesia tinha
20 sinalizado dezenas de viaturas naquela situação e que, na cidade, esse número poderia
21 ascender a um milhar, no entanto, não tem observado a remoção desses veículos por parte
22 da Câmara Municipal, considerando a necessidade de um maior aprofundamento desta
23 matéria e de uma atuação mais célere por parte dos serviços municipais.

24 No que se refere à higiene e limpeza urbana, recordou que, há alguns meses, o
25 Coordenador da Unidade de Higiene e Limpeza se demitiu e que, entretanto, deveria ter
26 sido nomeado um novo responsável, lembrando que as Juntas de Freguesia, incluindo
27 a sua, sempre manifestaram total disponibilidade para colaborar com a Câmara Municipal
28 nesta área, e lamentando, ainda, não ter tido oportunidade de conhecer a nova
29 coordenação da Unidade. Defendeu, assim, que uma das primeiras diligências da Câmara
30 deveria ter sido a promoção de uma reunião presencial, para facilitar a articulação entre
31 as entidades.

32 Abordou a situação do Centro de Convívio do Bairro de Santo António, onde, apesar da
33 assinatura do contrato de concessão de uso, persistia o problema da ausência de
34 fornecimento de gás, porque embora houvesse um novo equipamento e motivação por
35 parte dos associados e da respetiva associação, a inexistência de gás comprometia as
36 condições mínimas de funcionamento da infraestrutura, o que considerou inaceitável.

37
38 **O deputado Redolfo Pereira** colocou três questões relativas à sua Freguesia. Em
39 primeiro lugar, questionou se já havia sido instalado o equipamento em falta na ETAR
40 das Carvalhas. Em segundo lugar, solicitou informações sobre o ponto de situação da
41 construção dos passeios, ao longo do troço urbano da Estrada Nacional 370, que atravessa
42 a aldeia de São Sebastião da Gesteira, que tinha sido considerada prioritária pela União
43 de Freguesias, dado que a inexistência de passeios comprometia a segurança dos peões,
44 obrigando-os a circular pela faixa de rodagem. Em terceiro lugar inquiriu sobre o estado
45 das obras das novas extensões de saúde, nomeadamente as de São Sebastião e de Nossa
46 Senhora da Boa Fé, procurando saber se havia novidades quanto ao início das mesmas.
47 No seguimento da intervenção do deputado José Figueira, referiu ter analisado o relatório
48 facultado e lamentou que o seu colega se tenha focado, exclusivamente, nos prazos
49 médios de pagamento, sem considerar outros aspetos igualmente preocupantes,
50 salientando que a comparação efetuada com o ano de 2014 poderia ter sido

complementada com uma análise relativa ao ano anterior, o que permitiria uma visão mais abrangente da evolução da situação financeira.

Relativamente aos valores apresentados no relatório, destacou que, em 2023, os pagamentos em atraso ascendiam a 655 mil euros, enquanto a 30 de novembro de 2024, esse montante tinha aumentado para 8 milhões de euros e no que respeitava aos fundos disponíveis, em 2023 registavam-se 7 milhões de euros negativos, valor que, em 2024, passou para 21,9 milhões de euros negativos. Referiu, ainda, que a dívida municipal havia aumentado e que a execução da receita se encontrava em cerca de 50% do valor previsto para arrecadação.

Mencionou que, dos 83 milhões de euros em compromissos assumidos, até 30 de novembro de 2024, apenas 48 milhões de euros haviam sido pagos, o que, face àquele cenário, considerou a situação preocupante e questionou o Presidente da Câmara sobre eventuais medidas tomadas para mitigar o agravamento das contas municipais, sublinhando que a trajetória financeira do Município não era favorável para futuras administrações.

O deputado Ananias Quintano dirigiu-se ao senhor Presidente para solicitar esclarecimentos sobre o estado das obras das condutas da Malagueira, um tema recorrente em várias reuniões anteriores, porque a obra não avançara, o que gerara crescente descontentamento entre os moradores, e também sobre a intervenção no triângulo central da Malagueira, identificado como um ponto crítico de acidentes, que estaria prevista para o ano em curso e contemplada no respetivo orçamento.

Relativamente à limpeza urbana, apesar das tentativas de introduzir uma experiência piloto em alguns bairros, designadamente através de propostas no âmbito das freguesias urbanas, e como não se obtiveram quaisquer respostas, pediu esclarecimentos sobre as medidas que estariam a ser equacionadas.

Chamou a atenção para a situação de, pelo menos, cinco parques infantis na União de Freguesias, que não se encontravam em condições adequadas para utilização, representando, inclusive, um perigo para as crianças e sublinhando a urgência da resolução daquele problema.

O deputado Paulo Ribeiro começou por solicitar esclarecimentos sobre o estado atual da obra no Bairro do Escurinho, inquirindo se existiam informações adicionais que pudessem ser avançadas.

Relativamente à inauguração do troço rodoviário da obra do Rossio solicitou esclarecimentos quanto à conclusão total da obra, nomeadamente no que se refere aos passeios, às áreas de fruição pública e às zonas adjacentes, indagando se poderia ser indicada uma data para a sua finalização.

Sugeriu que fosse colocada sinalização, vertical ou no pavimento, porque quem circula a partir da Escola Primária tem duas faixas que, em determinado ponto, convergem numa única, considerando importante a colocação de uma divisória para orientar melhor os condutores.

O deputado José Piteira questionou o senhor Presidente da Câmara, sobre a rede de abastecimento de água para o hotel e para a estação, um projeto desenvolvido através de parceria entre o hotel e a Câmara Municipal, que se encontrava parado há vários meses e que, de acordo com o empreiteiro responsável, a interrupção não se devia à falta de financiamento, mas sim ao facto de a Câmara ainda não ter ativado o contrato com a empresa de segurança necessária para a execução da obra porque, conforme estabelecido, o troço entre a ponte e a igreja era da responsabilidade da Câmara Municipal, e o empreiteiro aguardava a devida autorização para dar continuidade aos trabalhos.

1 A segunda questão referia-se às extensões dos Centros de Saúde, não apenas no que
2 respeitava ao início das obras, mas também na data em que o projeto estaria em condições
3 de ser submetido a concurso.

4
5 **A deputada Florinda Russo**, no que toca à rede de água de São Manços, solicitou
6 esclarecimento sobre a situação da obra, uma vez que, de acordo com o empreiteiro, a sua
7 execução estaria condicionada por questões financeiras e, apesar de ter sido adjudicada,
8 foi-lhe comunicado que não havia verba disponível para a sua concretização.

9 Questionou sobre o cemitério da Vendinha, nomeadamente se o projeto já tinha sido
10 novamente colocado a concurso e, caso contrário, quais os motivos para a ausência de
11 progressos.

12 Colocou a questão do edifício da antiga escola primária da Vendinha, solicitando
13 esclarecimento sobre a entidade responsável pela sua gestão e referiu que, em conversa
14 anterior com o senhor Vereador, lhe havia sido indicado que seriam realizadas obras no
15 local, contudo, até ao momento, não havia qualquer desenvolvimento, manifestando a sua
16 preocupação com aquela situação.

17
18 **O Presidente da Câmara Municipal**, no que respeita à situação financeira do Município,
19 lembrou ter tido a oportunidade de transmitir as informações, tanto em reuniões de
20 Câmara como noutras ocasiões, estando, igualmente, essa informação difundida nos
21 documentos oficiais, indicando que iria destacar alguns pontos relevantes.

22
23 Confirmou a quebra significativa de receitas, nomeadamente no que concerne à recolha
24 de impostos face ao previsto, tendo sido apurado um défice de aproximadamente 3
25 milhões de euros, em receitas fiscais, sendo que os valores definitivos apenas seriam
26 conhecidos no encerramento do exercício anual.

27
28 No que se refere à transferência de competências, afirmou a existência de uma dívida
29 pendente, particularmente na área da Educação, no montante de cerca de 1 milhão e 500
30 mil euros e que a informação disponível indicava que a Direção-Geral das Autarquias
31 Locais (DGAL) não dispunha de recursos humanos suficientes para proceder à análise
32 das situações apresentadas pelos diversos Municípios, mas que estava prevista uma
33 ampliação da capacidade de resposta, embora sem uma data definida para a regularização
34 da verba em falta.

35
36 Relativamente ao prazo médio de pagamento, reiterou a posição já anteriormente expressa
37 de que a fórmula de cálculo, utilizada pela DGAL, subestimava o prazo real e por esse
38 motivo, deveria considerar-se um acréscimo de aproximadamente 30 dias ao valor
39 oficialmente indicado.

40
41 No que concerne ao concurso para o Salão Central Eborense, esclareceu que este se
42 encontrava entre os procedimentos concursais disponíveis para consulta na plataforma
43 eletrónica correspondente, mas tendo em conta a solicitação do Presidente da Junta, a
44 documentação pertinente seria retirada da referida plataforma e disponibilizada
45 diretamente.

46 Quanto à recolha de resíduos sólidos no Centro Histórico, reconheceu a persistência de
47 algumas dificuldades, cuja natureza era já conhecida, contudo foram implementadas
48 diversas medidas, incluindo a recolha de resíduos orgânicos e o reforço de contentores.
49 Ainda assim, subsistiam dificuldades na identificação de locais adequados para uma
50 ampliação significativa da recolha contentorizada na área histórica da cidade.

1 Relativamente à videovigilância, transmitiu que foi realizada a análise financeira
2 necessária, e a questão seria brevemente apresentada em reunião de Câmara para
3 deliberação, sendo que, em caso de aprovação, o primeiro passo a seguir seria o
4 cumprimento do procedimento legal para obtenção da autorização.

5
6 Em relação à passagem pela Porta de Avis, informou que não foram registadas
7 ocorrências significativas de acidentes e realçou que estava a ser desenvolvido um projeto
8 global para toda a zona, baseado no estudo para o Pavilhão Multiusos, o qual deveria ser
9 apresentado à Câmara Municipal em janeiro, para apreciação e eventual avanço para a
10 sua conceção e construção, incluindo ou não a componente paisagística envolvente.

11
12 No que respeita à fiscalização municipal, expressou o seu profundo reconhecimento pelo
13 trabalho desempenhado pelos fiscais, salientando as dificuldades enfrentadas no exercício
14 das suas funções e informou que, recentemente, um fiscal foi agredido e que vários fiscais
15 receberam ameaças anónimas enquanto cumpriam o seu dever. Reiterou a sua
16 solidariedade com todos os fiscais municipais, sublinhando que desempenhavam as suas
17 funções com um primeiro enfoque na pedagogia e, posteriormente, com elevado sentido
18 de responsabilidade.

19
20 Quanto às questões dos restaurantes, esclareceu que não possuía informações específicas
21 sobre o assunto mencionado, mas presumiu que se trataria de questões relacionadas com
22 esplanadas ou outras situações similares e informou, ainda, que nenhuma multa era
23 aplicada sem que os proprietários fossem, previamente, contactados e convidados a
24 regularizar a sua situação. Contudo, quando a regularização não ocorria, tornava-se
25 necessária a aplicação da lei.

26
27 No que diz respeito à dívida para com a CIMAC, referiu que, no momento, a dívida
28 vencida ascendia a 650 mil euros, sendo a global estimada em aproximadamente 1 milhão
29 e 200 mil euros, dependendo do valor faturado em dezembro. Quanto à dívida para com
30 a GESAMB, não possuía informações exatas sobre a dívida vencida, mas indicou que os
31 últimos pagamentos realizados permitiam antever a inexistência de dívida vencida,
32 necessitando, no entanto, de confirmação.

33
34 No âmbito da gestão urbanística, confessou não ter conhecimento das situações
35 mencionadas e manifestou disponibilidade para analisar as questões, caso lhe fossem
36 apresentadas, no entanto salientou que a postura da Câmara era sempre a de cumprir a lei
37 e que não era admissível emitir certidões que atestassem que determinadas construções
38 eram anteriores a uma data específica, quando, na realidade, essas construções haviam
39 sido alteradas clandestinamente, sem regularização posterior e que a Câmara se
40 encontrava disponível para apoiar na regularização das situações apresentadas e que
41 vários municípios já tinham recorrido àquele apoio.

42 Quanto à Estrada dos Aliados, confirmou que estava prevista a continuidade da obra,
43 embora não tivesse, naquele momento, informação sobre os prazos e relativamente à zona
44 do Bacelo, esclareceu que estava inserida num plano de estudo paisagístico global, cuja
45 primeira apresentação estava prevista para janeiro.

46
47 Sobre a Ecopista, afirmou ter registado a questão colocada.

48
49 No que se refere aos carros abandonados, explicou que a Câmara não dispunha de
50 capacidade para proceder à remoção de todos os veículos nesta condição, uma vez que as
51 entidades responsáveis pela recolha também se deparavam com limitações operacionais

1 e que os processos burocráticos exigidos, para a remoção de veículos, eram, por vezes,
2 bastante complexos.

3
4 Relativamente ao novo Coordenador da Unidade de Higiene e Limpeza, informou que
5 tomou posse há cerca de dois meses e que se encontrava a planear o seu trabalho e
6 esclareceu que não era prática habitual apresentar formalmente todos os coordenadores,
7 mas que já tinha sido realizada uma reunião conjunta com as Juntas de Freguesia,
8 prevendo-se a realização de uma outra reunião com a presença do Coordenador.

9
10 Sobre a questão do Centro de Convívio, esclareceu que se tratava de um problema
11 burocrático, relacionado com o fornecimento de gás e comprometeu-se a apurar a
12 situação.

13
14 Quanto à ETAR das Carvalhas, admitiu não possuir informações detalhadas, mas referiu
15 que a situação poderia estar relacionada com a falta de uma peça.

16
17 Abordou a questão dos passeios da estrada, indicando que o assunto tinha sido discutido
18 com a Infraestruturas de Portugal (IP), com vista à transferência de troços de estrada para
19 o Município. Informou que foi possível chegar a um acordo relativamente à área do novo
20 Hospital, mas que subsistiam divergências sobre outros pontos da negociação.

21
22 A questão dos passeios da estrada foi abordada diversas vezes, tendo sido estabelecido
23 contacto com a Infraestruturas de Portugal (IP) com o objetivo de encontrar uma solução
24 que permitisse a transferência de determinados troços, para a gestão do Município. Como
25 é do conhecimento geral, esta situação esteve em análise e possibilitou o alcance de um
26 acordo relativamente à área do novo Hospital, no entanto, não foi possível chegar a
27 consenso em relação a outras zonas, como é o caso da Azaruja, cuja situação permanece
28 incerta.

29
30 No que respeita às extensões de saúde, confirmou as declarações prestadas na Assembleia
31 anterior, informando que, no início do ano, avançariam as três primeiras extensões de
32 saúde, nomeadamente as de São Sebastião, Nossa Senhora de Machede e Graça do Divor,
33 por estarem em condições para tal e posteriormente, proceder-se-ia à intervenção nas
34 restantes duas.

35
36 Quanto à questão dos pagamentos em atraso, esclareceu que o valor intercalar não
37 considerava um conjunto de situações, sendo, por isso, substancialmente inferior ao
38 indicado. Relativamente aos fundos disponíveis, confirma-se que registaram um aumento
39 substancial, em grande parte devido às questões anteriormente referidas, no âmbito das
40 receitas.

41
42 No que toca ao orçamento e à questão da receita, lembrou que foi apresentado um
43 documento que reflete a inclusão de um conjunto de verbas de receitas que não se
44 verificaram e, a título de exemplo, referiu que as obras do novo Hospital e as extensões
45 de Saúde representavam mais de 10 milhões de euros, que passaram para o exercício de
46 2025.

47 Importa, ainda, salientar que os compromissos assumidos não constituem dívida, não
48 sendo, por isso, possível estabelecer uma comparação entre compromisso e dívida paga.
49 Os compromissos representam uma intenção formal de despesa, enquanto a dívida apenas
50 se concretiza no momento em que os bens são recebidos ou a obra é concluída e faturada.

1 Consequentemente, o valor indicado não corresponde a uma dívida efetiva, mas sim a
2 compromissos assumidos.

3
4 No que diz respeito à conduta da Malagueira, informou não haver informação adicional
5 à já prestada, uma vez que ainda não fora possível reunir com o arquiteto responsável
6 pelo projeto. Sobre o triângulo central da Malagueira, reiterou que o valor orçamentado,
7 entre 70 e 80 mil euros, se afigurava excessivo, pelo que se procurava uma solução para
8 reduzir esse montante.

9
10 Quanto aos parques infantis, reafirmou o compromisso de encontrar uma resposta
11 adequada, conforme discutido previamente com o senhor Presidente da Junta.

12
13 Informou que a obra do Escurinho estava candidatada e que, oportunamente, poderia ser
14 prestada uma atualização sobre o Plano Local de Habitação.

15
16 Esclareceu que não houve inauguração de qualquer obra no Rossio, tendo apenas sido
17 aberta a segunda fase da intervenção para facilitar o trânsito. Reforçou que a obra
18 continuava em andamento e que, para além da intervenção no Rossio, decorria também
19 uma intervenção na rua que liga à estação ferroviária, ainda por concluir.

20
21 Sobre a rede de água em São Manços, clarificou que não se tratava de uma questão
22 financeira, uma vez que a obra se encontrava financiada e que se esperava o seu avanço
23 em breve, sem que houvesse qualquer outro impedimento identificado.

24
25 Relativamente ao Cemitério e à Escola Primária da Vendinha, informou não dispor,
26 naquele momento, de dados atualizados sobre a situação.

27
28 No que respeita às luminárias, elucidou que se tratava de uma responsabilidade da
29 Infraestruturas de Portugal (IP), dado que se situavam numa estrada nacional.

30
31 Por fim, quanto ao plano de saúde e segurança da obra da rede de água para a estação e
32 para o hotel, reconheceu a existência de potenciais dificuldades, em virtude da reforma
33 de diversos técnicos especializados, sendo que os planos de saúde e segurança das obras
34 apresentavam exigências acrescidas em comparação com os requisitos anteriormente em
35 vigor.

36
37 **O deputado Paulo Ribeiro** questionou se havia alguma data que pudesse ser adiantada
38 para a conclusão total da obra no Rossio.

39
40 **O deputado Natanael Vinha** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a
41 possibilidade de informar quando seria expectável a realização da próxima reunião da
42 Assembleia Municipal, na sede do Município.

43 Manifestou, ainda, a solidariedade para com os fiscais municipais e exortou a Câmara a
44 garantir a segurança dos mesmos, recorrendo a todos os meios ao seu dispor, incluindo o
45 apoio de outras autoridades.

46 Relativamente à questão da recolha de veículos, mencionou a realização de uma pergunta
47 direta sobre o número de carros recolhidos, a qual não foi respondida, tendo sido apenas
48 abordadas as dificuldades existentes, sem a apresentação de um prazo para a resolução
49 do problema, portanto, solicitou que fosse indicado o número de veículos recolhidos, para
50 que se pudesse ter uma ideia mais precisa da situação em curso, que constitui um
51 problema de ocupação de espaço público, segurança e salubridade.

1
2 **O deputado Francisco Figueira**, em relação à situação financeira do Município, referiu
3 que, segundo a informação do senhor Presidente, existiria uma dívida à CIMAC na ordem
4 de 1 milhão e 250 mil euros, à GESAMB um montante adicional de 1 milhão e 300 mil
5 euros e às Águas do Vale do Tejo um valor de 1 milhão e 700 mil euros, pelo que apenas
6 nestas três rubricas, a dívida da Câmara Municipal de Évora ascendia, em números
7 globais, a 4 milhões e 300 mil euros, evidenciando uma situação financeira delicada.

8 Neste contexto, aproveitou para questionar o ponto de situação relativamente ao
9 empréstimo de 3 milhões de euros, previamente aprovado, destinado à execução de um
10 conjunto de obras, porque a sua força política entendia que grande parte dessas
11 intervenções não havia sido concretizada com o referido financiamento, sendo, no
12 entanto, da responsabilidade do senhor Presidente esclarecer a Assembleia e a cidade
13 sobre o estado de execução desses projetos.

14 Abordou um tema de particular relevância para a cidade, relacionado com o projeto da
15 Capital Europeia da Cultura, especificamente o Pavilhão Multiusos e a necessidade de
16 clarificação quanto à sua natureza e funcionalidade, questionando se se trataria de um
17 teatro, um auditório ou um equipamento multifuncional. Sublinhou, ainda, que as
18 intervenções públicas sobre esta matéria pareceram ambíguas, tendo sido referido que o
19 arquiteto Aires Mateus apresentaria o projeto em janeiro, contudo, considerou que a
20 Câmara Municipal necessariamente teria mandatado o arquiteto para desenvolver um
21 projeto dentro de um determinado enquadramento funcional, e não apenas com base na
22 sua criatividade.

23 Considerou importante esclarecer a cidade sobre a natureza concreta do Pavilhão
24 Multiusos e se, na perspetiva do senhor Presidente, o projeto estaria concluído até ao final
25 de 2026, de modo a poder ser utilizado no âmbito da iniciativa Évora Capital Europeia da
26 Cultura.

27
28 **A deputada Paula Pita**, em relação ao setor da Educação, referiu ter tomado
29 conhecimento de que o programa de atividades de enriquecimento curricular, dinamizado
30 pelo Município, decorreu de forma muito positiva e destacou a importância deste
31 programa para a aprendizagem, tanto em contextos formais como não formais e
32 questionou se existia um relatório de avaliação ou monitorização dessas atividades,
33 salientando que não basta conhecer as iniciativas disponíveis, mas também compreender
34 o grau de satisfação dos seus participantes.

35 Realçou, enquanto docente, a relevância de instalações confortáveis para o bem-estar e o
36 desempenho escolar dos alunos, no entanto, constatou que, ao longo de três anos, e
37 possivelmente até ao final do mandato, não foi iniciada qualquer intervenção na
38 requalificação da Escola Secundária André de Gouveia (ESAG), encontrando-se o
39 processo, segundo o relatório, ainda na fase de análise das propostas recebidas e, de igual
40 modo, a requalificação da Escola de Santa Clara permanecia em fase de reuniões de
41 coordenação, no âmbito da conclusão dos trabalhos preparatórios para o respetivo
42 concurso.

43 Relativamente à mobilidade e acessibilidade urbanas, abordou a questão do reforço da
44 rede pedonal, referindo o projeto de execução da ligação entre a Porta de Alconchel e a
45 Estação Ferroviária, bem como a requalificação da via entre a estação da CP e o Rossio,
46 e questionou se a Câmara Municipal teria conhecimento do impacto dessas intervenções
47 no comércio local, considerando que as obras realizadas poderiam ter afastado potenciais
48 visitantes da cidade e, conseqüentemente, ter influenciado negativamente o volume de
49 compras, especialmente no período natalício.

1 **O deputado Luís Ramalho** informou o Executivo da Câmara Municipal de que, no
2 passado dia 12 de dezembro, teve lugar uma reunião com os moradores das Courelas das
3 Mascarenhas para discutir as condições do caminho existente naquela localidade, que não
4 se encontrava classificado e se degradava constantemente, situando-se entre propriedades
5 sem estar integrado em nenhuma delas.

6 Na reunião, esteve presente um técnico da Câmara Municipal, com o propósito de tomar
7 conhecimento da situação e prestar informações de caráter técnico, em que ficou definido
8 que a Junta de Freguesia elaboraria um ofício a ser assinado pelos moradores,
9 manifestando a intenção de classificar o referido caminho como Caminho Municipal.

10 A Junta de Freguesia reconheceu as dificuldades inerentes à manutenção da extensa rede
11 viária do Município, que ultrapassava os 500 km de estradas municipais, no entanto, os
12 moradores salientaram que outras localidades da Freguesia de São Miguel de Machede,
13 como os Foros do Queimado, as Courelas da Torre e os Foros das Pombas, já dispunham
14 de Caminhos Municipais, ao contrário das Courelas das Mascarenhas, circunstância que
15 fundamentava a sua reivindicação

16
17 **A deputada Maria Antónia Zacarias** informou que a Câmara Municipal de Évora, no
18 passado dia 13, recebeu uma comunicação da Infraestruturas de Portugal (IP), que
19 transmitia que a Estrada Nacional 254-1 mereceu finalmente a devida atenção por parte
20 daquela entidade, tendo sido decidido proceder à sua intervenção no pavimento até ao
21 primeiro trimestre de 2025. Para esse efeito, foi já enviada para a Câmara a minuta do
22 acordo de mutação dominial, sem comparticipação financeira, e perguntou se iria
23 finalmente aceitar este acordo, permitindo, assim, que a população de Azaruja pudesse
24 usufruir de uma via cuja requalificação tem sido reivindicada há várias décadas.

25 Abordou a questão da remoção de viaturas abandonadas, considerando que estas
26 representam um foco potencial de vandalismo, conforme se verifica pelo estado de
27 degradação em que muitas já se encontram.

28 Em relação à recolha de resíduos urbanos, destacou que esta matéria já está prevista nos
29 contratos interadministrativos estabelecidos para 2025.

30
31 **O deputado José Figueira** manifestou a sua surpresa ao ouvir as diversas intervenções,
32 em particular a do senhor Presidente da União de Freguesias do Centro Histórico de
33 Évora, porque, quem estivesse a acompanhar as declarações proferidas, poderia ficar com
34 a impressão de que o Centro Histórico da cidade se encontrava numa situação de total
35 degradação.

36 Salientou que nunca ouvira o Presidente da Junta pronunciar-se sobre as obras de
37 requalificação realizadas nos edifícios e nos espaços públicos, sobretudo nos de
38 competência municipal, que têm sido um elemento fundamental para a requalificação da
39 cidade, nomeadamente a importância das obras realizadas no edifício onde a sessão
40 decorria, sendo este um projeto que não só representa uma mais-valia para a cidade, como
41 também para o Centro Histórico, as intervenções feitas no Teatro Garcia de Resende,
42 incluindo a requalificação da sua envolvente, que beneficiaram não apenas os cidadãos
43 do município, mas também valorizaram o património dos moradores que residem nas
44 proximidades, assim como o Salão Central, cuja relevância não foi reconhecida, mas que
45 a preocupação do Presidente da Junta parecia recair sobre o concurso público disponível
46 online.

47 Mencionou, também, a ausência de reconhecimento da importância da obra de
48 requalificação dos Paços do Concelho, a maior intervenção realizada naquele edifício
49 desde o 25 de Abril, a requalificação da Ludoteca no Parque Infantil e outras iniciativas
50 relevantes para o Município e considerou que as críticas expressas pareciam refletir uma

1 postura sistemática de oposição a todas as iniciativas, sem uma verdadeira disponibilidade
2 para reconhecer os avanços alcançados.

3 Lançou o desafio de se avaliar a evolução das obras em edifícios particulares, recordando
4 que, no passado, havia quem defendesse que a gestão da CDU afastaria o investimento
5 da cidade, no entanto, os licenciamentos efetuados, ao longo dos últimos 11 anos,
6 demonstraram uma dinâmica significativa na requalificação do património edificado
7 particular, beneficiando claramente a cidade de Évora.

8 Com estas considerações, concluiu que se encontrava devidamente esclarecido.

10 **O deputado Francisco Brito** referiu que as medidas adotadas, em relação aos resíduos
11 sólidos urbanos, particularmente no que concerne aos orgânicos, não eram suficientes e,
12 em alguns casos, nem sequer estavam relacionadas com as questões por si levantadas e
13 que existia um problema significativo nesse domínio, mencionando que vários
14 restaurantes manifestavam queixas sobre a ineficácia da recolha realizada pelo
15 Município.

16 Relativamente à Porta de Avis, alertou para a existência de um risco concreto e questionou
17 se estaria prevista uma intervenção, procurando esclarecer se este projeto, efetivamente,
18 existia ou se se tratava apenas de uma intenção vaga por parte do Município.

19 No que diz respeito à ocupação do espaço público, questionou se estava prevista alguma
20 alteração ao Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público.

21 Abordou a questão da fiscalização municipal, clarificando que não foi efetuada qualquer
22 crítica aos funcionários, pelo contrário, perguntou se a agressão foi no contexto de
23 trabalho sobre a ocupação indevida de habitações ou em relação à fiscalização que tem
24 realizado sobre os restaurantes e expressou a sua solidariedade para com estes,
25 reconhecendo a falta de condições de trabalho, cuja responsabilidade atribuía à gestão
26 municipal.

27 Em resposta à intervenção do deputado José Figueira, referiu que compreendia o seu
28 nervosismo, ainda que o considerasse excessivo para a situação em causa, lamentando a
29 ineficácia dos serviços municipais. Sublinhou, assim, que, embora a reabilitação dos
30 equipamentos mencionados fosse um facto positivo, esta, por si só, não resolvia os
31 problemas da população de Évora e a realidade do Concelho, considerando que tal
32 evidenciava um afastamento das necessidades concretas da cidade instou o deputado a
33 canalizar a sua energia para a apresentação de soluções junto dos seus representantes na
34 Câmara Municipal, à semelhança do que vinha sendo feito pela sua própria bancada.

35 Reforçou que, em relação à gestão urbanística, o fundamental seria garantir o
36 cumprimento da Lei, assinalando que, em alguns casos, tal não estava a ocorrer e que a
37 Assembleia Municipal frequentemente abordava questões relacionadas com esta matéria,
38 defendendo que o respeito pela legislação era essencial, uma vez que impactava
39 diretamente a vida dos cidadãos de Évora.

41 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que, sempre que o eleito José Figueira
42 intervinha, não podia deixar de considerar a sua falta de noção, relativamente à gestão
43 política na Câmara Municipal, conduzida pela própria força política a que pertencia.
44 Referiu que a CDU passou 12 anos na oposição ao Partido Socialista adotando uma
45 postura de constante crítica e oposição, e que, ao assumir a governação da Câmara
46 Municipal, manteve essa mesma atitude, mas agora em relação à população da cidade de
47 Évora.

48 Relativamente às perceções políticas, salientou que bastaria observar a disposição da
49 bancada dos senhores Vereadores, onde os representantes da CDU se encontravam
50 isolados no meio de sete vereadores, uma situação que, no seu entender, evidenciava a
51 incapacidade dessa força política para negociar ou estabelecer entendimentos com

1 qualquer uma das forças eleitas para a Câmara Municipal. Criticou, ainda, o facto de
2 acusarem os partidos da oposição de falta de capacidade, quando a realidade demonstrava
3 que a sua própria gestão tinha resultado num isolamento político evidente.

4 Sublinhou que essa situação era fruto de uma decisão pessoal e política consciente da
5 CDU, que optara por se isolar e, consequentemente, por condicionar o desenvolvimento
6 da cidade de Évora. Recordou que, há quatro anos, esse partido perdera dois vereadores
7 e expressou a esperança de que, nas próximas eleições, a população desse uma resposta
8 clara aos resultados da sua governação.

9
10 **O Presidente da Câmara** informou que, relativamente à questão dos Paços do Concelho,
11 a obra se encontrava praticamente finalizada, mas que se registou um atraso na entrega
12 dos vidros fotovoltaicos para a claraboia, os quais deveriam ter sido disponibilizados em
13 agosto, mas apenas seriam entregues em fevereiro, pelo que estimava que em março ou
14 abril, estivessem reunidas as condições necessárias para avançar com o processo.

15
16 No que respeita ao empréstimo, reafirmou que estava a ser integralmente cumprido,
17 conforme anteriormente informado, pelo que qualquer afirmação em sentido contrário
18 não correspondia à realidade.

19
20 Relativamente ao Pavilhão Multiusos, foi salientado que o caderno de encargos elaborado
21 contemplava todos os aspetos necessários e que havia um compromisso de apresentação
22 para que a Câmara pudesse deliberar sobre aquela matéria.

23
24 Sobre a Escola Secundária André de Gouveia (ESAG), ficou demonstrado que a
25 estimativa inicial de que 2 milhões de euros seriam suficientes para resolver os problemas
26 se revelou irrealista, sendo, na verdade, necessários 15 milhões de euros e, nesse sentido,
27 estava em curso a elaboração do projeto correspondente. Foi, também, aprovada a
28 qualificação da Escola Conde de Vilalva, cujo financiamento já se encontrava garantido,
29 permitindo o avanço das respetivas obras.

30
31 Quanto à obra do Rossio, esclareceu-se que o impacto no comércio local foi considerado
32 residual, sendo que a intervenção era imprescindível e que foram tomadas medidas para
33 cumprir os prazos estabelecidos.

34
35 Relativamente à Infraestruturas de Portugal (IP), a decisão dependeria dos valores
36 apresentados, uma vez que a Câmara Municipal não assumiria encargos financeiros
37 desproporcionais para os anos subsequentes e caso a IP apenas disponibilizasse um
38 montante reduzido, ficando a manutenção futura a cargo da autarquia, a situação não seria
39 aceitável, mas as negociações estavam em curso, aguardando-se uma proposta concreta
40 para avaliação.

41
42 No que diz respeito ao contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia, o processo
43 encontra-se em andamento e devidamente encaminhado.

44
45 Sobre as questões da Porta da Avis, trata-se de uma situação conhecida há vários anos,
46 estando a ser tomadas as medidas anteriormente referidas.

47 No que diz respeito ao Regulamento de Publicidade, estava prevista a sua alteração.

48
49 Em relação à fiscalização, o incidente que envolveu a agressão a um fiscal ocorreu no
50 momento em que este solicitava a um automobilista, que havia estacionado
51 indevidamente num lugar reservado a pessoas com deficiência, que removesse o veículo.

No que concerne ao cumprimento da legislação, competia à população apresentar casos em que esta não fosse cumprida, permitindo, assim, a tomada das devidas providências.

Quanto ao isolamento, nunca foi adotada a abordagem seguida pelo PSD, pelo contrário, manteve-se sempre um trabalho de proximidade com a população de Évora e com todos aqueles que manifestaram vontade em contribuir, recusando qualquer tipo de prática que se revelasse indigna ou desprovida de sentido.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passavam ao ponto 3.

3. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2025

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara destacou que a proposta de Mapa de Pessoal da Autarquia, para 2025, foi considerada fundamental para assegurar a progressão na carreira de inúmeros trabalhadores, garantir as mobilidades previstas e viabilizar a aplicação da Opção Gestionária e que sem essa aprovação, não seria possível concretizar, de forma adequada, as Opções do Plano e do Orçamento Municipal.

À data da apresentação da proposta, a Câmara Municipal contava com um total de 1.372 trabalhadores, dos quais 1.210 possuíam contrato por tempo indeterminado e 145 estavam vinculados por contrato por tempo determinado, sendo estes últimos maioritariamente afetos às Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs). Adicionalmente, verificava-se a existência de 77 trabalhadores integrados no Mapa de Pessoal da Autarquia, mas a desempenhar funções fora da instituição por diferentes motivos e até ao final de novembro, registou-se ainda a aposentação de 36 trabalhadores.

No que respeita às despesas com pessoal, a proposta visou a manutenção dos encargos sem alterações significativas, procurando acomodar os aumentos decorrentes da atualização anual.

No referido mapa de pessoal, foram propostos 43 novos postos de trabalho com vínculo por tempo indeterminado, 6 postos com vínculo por tempo determinado e 7 postos destinados a mobilidades internas, procedeu-se à redução de 62 lugares, resultando, em termos líquidos, numa diminuição de 13 postos de trabalho no Mapa de Pessoal.

O deputado Gonçalo Costa solicitou esclarecimento relativamente ao critério subjacente ao perfil definido para a Unidade de Planeamento, Auditoria e Modernização Organizacional, para compreender a razão pela qual se optou pela abertura de uma vaga para um técnico superior de Sociologia em substituição de um técnico superior de Relações Internacionais já existente e manifestou preocupação quanto à restrição do perfil, sugerindo que uma definição mais abrangente poderia assegurar um processo de recrutamento mais aberto, transparente e que assegurasse a igualdade de oportunidades, evitando a perceção de que a vaga poderia estar direcionada para um candidato específico. Além disso, abordou a questão das 120 vagas previstas no Mapa de Pessoal para a limpeza do espaço público, das quais, à data, 99 se encontravam ocupadas e referiu a existência de um contrato externo no valor de 650 mil euros destinado a complementar a atividade dos quadros da Câmara e solicitou esclarecimentos sobre esta matéria, que tem sido uma área problemática, nomeadamente sobre a existência de possíveis ineficiências na gestão

1 dos trabalhadores afetos à limpeza do espaço público, considerando que, apesar de quase
2 todas as vagas estarem preenchidas, continuava a justificar-se a celebração desse contrato
3 externo.

4
5 **O deputado Redolfo Pereira**, em relação à proposta apresentada para o Mapa de Pessoal
6 da Câmara Municipal para o ano de 2025, referiu que contemplava um total de 1.370
7 trabalhadores, representando aproximadamente 30% do orçamento da despesas e que,
8 desde o início do mandato, os custos com pessoal registaram um aumento de 12 milhões
9 de euros, no entanto esse acréscimo não se traduziu num reforço da capacidade de
10 arrecadação de receitas, nem numa melhoria significativa na execução dos diversos
11 serviços do Município.

12 A título de exemplo, o Departamento de Serviços Operacionais contava com 394 postos
13 de trabalho ocupados e 198 vagas, sendo que 120 desses postos estavam afetos à limpeza
14 do espaço público, dos quais 99 encontravam-se preenchidos e 21 permaneciam vagos,
15 ainda assim, para o Executivo Municipal, esses 99 trabalhadores revelaram-se
16 insuficientes para assegurar a limpeza da cidade, razão pela qual se previu no orçamento
17 uma verba de 650 mil euros para a contratação de serviços externos de limpeza e que o
18 aumento dos custos com pessoal também não se refletiu numa maior capacidade de
19 captação de receitas, nomeadamente através da obtenção de financiamento comunitário.
20 Durante o mandato, existiram múltiplas oportunidades para recorrer a apoios em diversas
21 áreas, tanto no âmbito dos Quadros Comunitários como do Plano de Recuperação e
22 Resiliência (PRR), que não foram devidamente aproveitadas e os dados demonstravam
23 essa realidade de forma inequívoca, comparando com outras capitais de distrito da região
24 do Alentejo, no âmbito do PRR verificou-se que o Município de Beja obteve aprovações
25 no valor de 17,18 milhões de euros, o Município de Portalegre conseguiu 10,85 milhões
26 de euros, enquanto o Município de Évora apenas assegurou 3,7 milhões de euros, o que
27 evidenciava a necessidade urgente de reforçar a capacidade técnica na elaboração de
28 projetos e candidaturas a fundos comunitários, fundamentais para o desenvolvimento do
29 Concelho.

30 Face a esta realidade, tornava-se imprescindível a reestruturação e modernização dos
31 serviços municipais porque o problema identificado não residia no número de
32 trabalhadores nem nas suas equipas, mas sim na estrutura orgânica dos serviços, na
33 ausência de uma gestão orientada para os resultados e para a eficiência, bem como na
34 necessidade de valorização e capacitação dos recursos humanos. Importava, portanto,
35 encarar o pessoal não apenas como um fator de despesa, mas também como um elemento
36 estratégico na geração de receitas, tendo em conta as competências municipais e os
37 serviços prestados à comunidade.

38
39 **A deputada Paula Pita** manifestou a sua satisfação relativamente à preocupação
40 demonstrada com a limpeza da cidade, destacando que, aparentemente, em legislaturas
41 anteriores, essa questão não constituía um problema, mas após a análise da proposta de
42 orçamento, verificou-se que o montante previsto para despesas com o pessoal ascendia a
43 aproximadamente 30 milhões de euros, salientando a importância do reforço, valorização
44 e dignificação dos funcionários da Câmara Municipal, que, ao longo do tempo,
45 permaneceram sem a devida progressão e que essa medida representava uma boa prática
46 na motivação dos trabalhadores, contribuindo para uma maior eficiência. Assim,
47 justificou a decisão de abstenção da sua bancada, precisamente em reconhecimento da
48 relevância do papel desempenhado pelos funcionários municipais.

49
50 **O Presidente da Câmara** afirmou que, relativamente à unidade mencionada, será
51 realizado um concurso público, conforme ocorre com todas as unidades e em

1 cumprimento da legislação em vigor, e serão nomeadas pessoas em substituição, uma vez
2 que a atual responsável assumiu novas funções dentro da Câmara, procurando privilegiar
3 a valorização dos recursos internos, em detrimento da contratação externa.

4
5 No que respeita aos postos de trabalho na ULP, referiu que existe um problema
6 relacionado, sobretudo, com ausências prolongadas e a indisponibilidade de um conjunto
7 significativo de trabalhadores e que, infelizmente, o número de trabalhadores em
8 efetividade de funções é substancialmente inferior ao previsto, sendo que alguns dos que
9 se mantêm no ativo enfrentam dificuldades devido ao envelhecimento da força de
10 trabalho, situação que teve impacto no desempenho global e por este motivo o recurso ao
11 contrato externo.

12
13 Relativamente ao montante de 12 milhões de euros, sublinhou que, no período em
14 questão, ingressaram 320 trabalhadores provenientes do processo de transferência de
15 competências nas áreas da Educação e da Saúde, fator que deve ser considerado na análise
16 desses valores, e que os montantes referidos resultam, essencialmente, de atualizações
17 salariais, uma vez que não houve um aumento efetivo do número de trabalhadores, pelo
18 contrário, em termos práticos, esse número diminuiu face a 2013.

19
20 Quanto aos financiamentos comunitários, não considerou oportuno abordar essa questão
21 neste contexto, no entanto, rejeitou totalmente essa afirmação, uma vez que não
22 correspondia à verdade e, a título de exemplo mencionou que, só para a Habévora, foram
23 aprovados mais de 10 milhões de euros no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência
24 (PRR) e também foi aprovado o financiamento para a requalificação da Escola Conde de
25 Vilalva, no valor de 3 milhões e 700 mil euros.

26
27 No que respeita à reestruturação dos serviços, procurou-se efetivamente implementar
28 melhorias significativas, contudo, essa intenção foi inviabilizada no mandato anterior,
29 pelo que se realizou aquilo que foi possível dentro das circunstâncias, ainda que não tenha
30 correspondido plenamente ao desejado.

31
32 No que concerne às questões de higiene e limpeza, foi manifestada a preocupação, desde
33 há muito tempo, tendo explicado sempre as razões subjacentes a essa preocupação e
34 referiu que a situação atual não se restringe apenas a Évora, mas constitui um fenómeno
35 generalizado, com razões estruturais que poderiam ser analisadas.

36
37 Por fim, no que se refere à valorização dos trabalhadores, esta teve início em 2014,
38 quando, através de um acordo coletivo de trabalho, foram restituídos três dias de férias
39 que haviam sido retirados por imposição da Troika e que, na altura, o Governo interpôs
40 uma ação em tribunal contra a Câmara Municipal por essa decisão, tendo o tribunal
41 reconhecido a legitimidade da medida adotada. Desde então, a valorização dos
42 trabalhadores manteve-se uma prioridade, refletindo-se em diversas áreas, nomeadamente
43 na mobilidade e na progressão das carreiras.

44
45 **O deputado Gonçalo Costa** solicitou esclarecimentos relativamente à sua interpretação
46 da questão do perfil definido para a referida Unidade e procurou confirmar se o concurso
47 em questão havia sido estruturado com o objetivo primordial de valorizar,
48 preferencialmente, os técnicos da Câmara, porque no seu entendimento, um concurso
49 deve estabelecer um perfil de candidato de forma aberta e abrangente. Assim, questionou
50 se não considerava que o perfil delineado para o cargo em causa era excessivamente
51 restritivo ou demasiado específico, quando, a seu ver, deveria ser mais amplo, permitindo

um maior número de candidaturas. Expressou a sua preocupação quanto à possibilidade de um estreitamento intencional dos critérios e questionou se essa delimitação tinha sido realizada de forma deliberada.

O deputado Redolfo Pereira referiu que, uma vez que o senhor Presidente colocou em causa os números por si apresentados, os dados mencionados são públicos, de fácil acesso e podem ser consultados no Portal Mais Transparência, portanto incluía todos os projetos. Quanto ao senhor Presidente mencionar ter tentado realizar uma reestruturação dos serviços no mandato anterior, estando este mandato a aproximar-se do seu termo, observou que, até ao momento, não foi realizada qualquer tentativa de reestruturação dos serviços.

A deputada Clara Grácio considerou um tema de grande relevância o Mapa de Pessoal, salientando a sua importância para o funcionamento das instituições, uma vez que estas são constituídas pelas pessoas que nelas trabalham e destacou que a valorização dos trabalhadores, em particular no que diz respeito às opções gestionárias e às condições de trabalho, representa um fator essencial para o progresso das organizações.

Por outro lado, referiu que seria desejável uma maior organização no discurso, sublinhando a preocupação generalizada com a limpeza, tanto em Évora como noutras localidades, incluindo a capital do país e reconheceu que a gestão dos resíduos constitui um desafio constante, diretamente relacionado com a sustentabilidade ambiental.

Neste contexto, mencionou que a implementação de estratégias para mitigar os problemas de limpeza, como a contratação de serviços externos, deve ser compreendida como uma medida que visa, precisamente, melhorar essa situação e que a valorização dos trabalhadores e o recurso, sempre que necessário, a apoio externo, devem ser encarados como partes integrantes de um mesmo objetivo: a melhoria da limpeza urbana.

Reiterou que, perante as opções apresentadas no Mapa de Pessoal, seria esperado um consenso quanto à sua pertinência, questionando, no entanto, a falta de alinhamento relativamente a essas disposições.

O deputado Gonçalo Costa referiu que a senhora deputada, pelo menos no que se refere à sua intervenção, não terá compreendido plenamente o âmbito da questão que pretendia colocar. Esclareceu que não estava a pôr em causa as medidas adicionais, implementadas pelo Município, para enfrentar o problema da limpeza urbana, reconhecendo que esta questão tem sido uma marca da atual gestão camarária, dada a sua dificuldade em resolvê-la ao longo dos anos.

Sublinhou que, no exercício das suas funções enquanto deputado municipal, lhe compete fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, sendo esse o papel que procura desempenhar, pelo que solicitou esclarecimentos relativamente ao facto de o Mapa de Pessoal nesta área estar, na sua maioria, preenchido, apesar da necessidade de novos recrutamentos e esclareceu que não questionava essa necessidade, mas procurava compreender se poderiam existir outros fatores subjacentes, tais como a eventual desmotivação dos trabalhadores, uma possível má gestão das equipas ou a ineficiência dos serviços, reforçando que a sua intervenção visou unicamente o cumprimento do dever de fiscalização do Executivo Municipal, uma responsabilidade inerente ao seu cargo.

O Presidente da Câmara afirmou que, para o preenchimento de lugares de chefia em regime de substituição, conforme previsto na lei, foram privilegiadas opções internas dentro da própria Câmara e esclareceu, ainda, que os concursos são abertos a qualquer funcionário que reúna as condições exigidas, sejam candidatos internos ou externos, sendo este o procedimento regularmente adotado destacando que o perfil selecionado foi

1 considerado adequado, tendo em conta as diversas valências e funções da unidade, bem
2 como a sua ligação a projetos especiais da Câmara.

3
4 Relativamente às questões dos serviços, referiu que a principal causa de desmotivação
5 dos trabalhadores estava associada à remuneração mínima auferida pela maioria, a qual
6 considerou absolutamente inadequada para assegurar uma vida digna.

7
8 **O deputado Gonçalo Costa** considerou que, daquela forma, o senhor Presidente deu a
9 entender que reconhecia a existência de desmotivação por parte dos trabalhadores. No
10 que concerne ao outro ponto, as suas explicações não se revelaram satisfatórias, na
11 medida em que persistia a convicção de que a definição do perfil para aquela unidade, ao
12 exigir especificamente um técnico superior na área da Sociologia, não era suficientemente
13 abrangente e que deveria permitir um leque mais amplo de opções pelo que a perceção
14 que se retirava da situação era a de um possível enviesamento na atribuição desse lugar.

15
16 **O deputado José Figueira** afirmou que não pretendia abordar, de forma específica, a
17 questão levantada pelo eleito Gonçalo Costa, mas que havia o risco de se transmitir uma
18 informação imprecisa sobre o currículo de um técnico superior em Sociologia,
19 nomeadamente no que diz respeito à sua abrangência multidisciplinar, salientando que as
20 diversas unidades curriculares incluídas no curso de Sociologia proporcionava, em regra,
21 a vantagem de integrar equipas pluridisciplinares, beneficiando das competências e
22 aptidões inerentes a essa formação académica.

23
24 **O deputado Gonçalo Costa** agradeceu os comentários do deputado José Figueira e
25 esclareceu que não tinha qualquer objeção à abertura desse perfil ao curso de Sociologia,
26 mas considerava que essa exclusividade era uma limitação e que a sua questão residia no
27 facto de não ser alargado a outras licenciaturas, manifestando estranheza quanto a essa
28 restrição que, na sua perspetiva, deveria ter sido prevista a inclusão de outras áreas de
29 formação, tornando a medida mais abrangente e diversificada.

30 **Declaração de voto da Coligação Mudar com Confiança**

31 *“Nós vamos seguir o voto dos nossos Vereadores na Câmara Municipal aderindo*
32 *integralmente à declaração de voto que fizeram e votando contra este ponto”.*
33

34
35 **Deliberação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2025.**
36 **Aprovado por maioria**, com 8 votos a favor da CDU, 5 votos contra da Coligação Mudar com
37 Confiança e 20 abstenções, 13 do PS, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do
38 Chega, verificando-se 33 presenças.

39
40 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 4.

41 **4. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2025**

42
43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

45
46 **O Presidente da Câmara Municipal** informou que a referida proposta foi objeto de um
47 processo de consensualização no seio da Câmara Municipal, não tendo, contudo, contado
48 com o acordo do Partido Socialista e esclareceu, ainda, que decorreu do compromisso
49 assumido no início do mandato, de proceder anualmente à avaliação da evolução dos
50 impostos municipais.

1 Neste contexto, foi realizada a referida avaliação, tendo-se concluído que não se
2 justificaria uma redução do IMI, no entanto considerando o debate ocorrido no seio da
3 Câmara, procurou-se consensualizar uma proposta, sem o acordo do Partido Socialista,
4 resultando na proposta apresentada.

6 Recordou, ainda, que todas as demais disposições se mantêm inalteradas, nomeadamente
7 as majorações aplicáveis a edifícios degradados e devolutos, bem como os benefícios
8 associados à recuperação e reabilitação de imóveis e no que respeita ao IMI Rural,
9 reiterou que a respetiva taxa é fixa, não sendo passível de alteração por parte da Câmara
10 Municipal, pelo que se mantêm inalterada.

12 **O deputado Francisco Figueira** afirmou que, de facto, nada se compara ao desenrolar
13 das reuniões para que a verdade se revele, porque, momentos antes, tinham sido acusados
14 de falta de abertura no que diz respeito à possibilidade de consensualizarem propostas
15 com o Partido Social Democrata (PSD) e ali está uma proposta consensualizada com o
16 PSD sem o acordo do Partido Socialista (PS).

17 A posição e o compromisso do PSD, relativamente a esta matéria, são claros e conhecidos.
18 Defendem uma redução progressiva deste imposto ao longo do mandato, embora a
19 descida agora proposta não correspondesse integralmente às suas expectativas, foi
20 entendido que permitiria aliviar a carga fiscal sobre as famílias, consensualizando com a
21 CDU esta redução do imposto para as famílias Eborenses.

23 **O deputado Gonçalo Costa** declarou que a sua bancada acompanharia a declaração de
24 voto das vereadoras na Câmara Municipal, em conformidade com o consenso
25 estabelecido no início do mandato autárquico sobre a redução progressiva prevista e de
26 acordo com as expectativas e a harmonização previamente definidas, seria expectável
27 que, no presente ano, a redução atingisse os 0,35, o que não se verificou.

28 Nesse sentido, iriam acompanhar a posição das vereadoras de votar contra, uma vez que
29 esta ficou aquém das expectativas e do compromisso inicialmente consensualizado com
30 o Executivo, portanto o valor de 0,7 era manifestamente insuficiente e esperava-se que a
31 meta dos 0,35 fosse alcançada no presente ano.

33 **O Presidente da Câmara** confirmou que o acordo efetuado no início do mandato
34 estabelecia que a avaliação dos impostos seria realizada anualmente, em função da
35 evolução dos mesmos e essa análise foi efetuada todos os anos, incluindo o presente ano,
36 portanto, não foi assumido, no início do mandato, qualquer compromisso de redução
37 progressiva dos impostos.

38 No entanto, reconheceu-se a intenção de procurar uma redução progressiva tendo sempre
39 em consideração que essa redução implicaria, nalguns casos, uma redução significativa
40 da receita. Assim, tornou-se necessário proceder a uma avaliação cuidadosa, que foi
41 realizada e se consensualizou, resultando na proposta apresentada.

44 **Deliberação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2025.**

45 **Aprovado por maioria**, com 20 votos a favor, 8 da CDU, 5 da Coligação Mudar com
46 Confiança, 3 do MCE. 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA, e 1 do Chega e 13 votos
47 contra do PS, verificando-se 33 presenças.

49 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 5.

51 **5. Derrama para 2025**

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal informou que, neste caso, foi mantida a decisão aprovada no ano anterior, tendo havido consenso unânime na Câmara.

Deliberação Derrama para 2025.

Aprovado por maioria, com 32 votos a favor, 13 do PS, 8 da CDU, 5 da Coligação Mudar com Confiança, 3 do MCE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do Chega, e 1 abstenção do BE, verificando-se 33 presenças

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passavam ao ponto 6.

6. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2025

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal informou que também neste caso, foi mantida a decisão aprovada no ano anterior, tendo havido consenso unânime na Câmara.

Deliberação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2025.

Aprovado por unanimidade, verificando-se 33 presenças

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passavam ao ponto 7.

7. Participação Variável no IRS para 2025

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal destacou que a opção tomada, relativamente a este imposto, permitia uma redução de até 5% do IRS, sendo considerada a mais adequada do ponto de vista social, com a arrecadação integral da verba por parte do Município, que permitiria uma distribuição mais justa dos recursos, uma vez que qualquer redução deste imposto se aplicaria de forma indiscriminada, beneficiando tanto os contribuintes de maior rendimento como os de menor rendimento, pelo que se entendeu que, ao arrecadar o imposto na totalidade, seria possível proceder a uma redistribuição mais justa.

No entanto, foi também procurada uma consensualização na Câmara, sem o acordo do PSD, tendo sido fixada uma taxa de 4%, sendo que os 0,5% de acréscimo, relativamente ao ano anterior, foram direcionados para o apoio às instituições particulares de solidariedade social e para medidas de apoio social às pessoas mais carenciadas. Este foi o compromisso assumido, amplamente consensualizado, que procurarão garantir.

O deputado Gonçalo Costa reforçou aquele compromisso, sublinhando que ele foi a premissa para o voto favorável do Partido Socialista, para que esse incremento fosse utilizado para apoios sociais, assegurando que o Partido Socialista estaria atento ao cumprimento do acordo estabelecido.

O deputado Francisco Figueira informou que votariam contra a presente proposta, considerando que a taxa variável de IRS deveria ter sido reduzida, porque o IRS é um imposto progressivo, pelo que a diminuição da taxa beneficiaria todos os contribuintes, de forma proporcional aos seus rendimentos, e, sendo a consignação de receitas

1 provenientes de impostos, inclusivamente, ilegal, o PSD, defendendo a redução
2 progressiva de impostos, não pode apoiar esta decisão.

3
4 **A deputada Paula Pita**, por proposta do Movimento Cuidar de Évora, complementa a
5 iniciativa do Partido Socialista, de assegurar que qualquer aumento de impostos
6 revertesse para apoios sociais destinados às pessoas mais carenciadas do Concelho. Este
7 aumento proporcionou às Associações Sociais e as IPSS do Concelho o acesso a subsídios
8 da Câmara Municipal, num montante de 250 mil euros.

9 Com o aumento dos índices de pobreza, agravado pela guerra na Ucrânia, pela pandemia
10 e pela consequente subida dos preços dos combustíveis, dos bens alimentares e dos
11 serviços essenciais, como a eletricidade, a água e saneamento, estas instituições
12 enfrentavam uma pressão crescente, vendo a sua capacidade de apoio significativamente
13 limitada pela falta de apoios da Autarquia.

14 Neste contexto, saudou o restabelecimento, em 2025, do Regulamento dos Apoios
15 Financeiros às Associações Sociais e IPSS do Concelho, inativo desde o PAEL de 2023
16 e que esta medida promova um reequilíbrio financeiro e funcional dessas instituições,
17 permitindo-lhes retomar e reforçar o seu papel de apoio à população mais vulnerável.

18
19 **O Presidente da Câmara** afirmou que, embora já tivesse sido alcançado um consenso,
20 consideravam a distribuição uma questão relevante que não pôde ser concretizada da
21 forma que entendiam ser a mais adequada, no entanto, destacou que o consenso alcançado
22 foi positivo.

23 24 **Deliberação da Participação Variável no IRS para 2025.**

25 **Aprovado por maioria**, com 27 votos a favor, 13 do PS, 8 da CDU, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do
26 MMPI, 1 do MICAZA e 6 votos contra 5 da Coligação Mudar com Confiança e 1 do Chega,
27 verificando-se 33 presenças.

28
29 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 8

30 31 **8. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025**

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

34
35 **O Presidente da Câmara Municipal** informou que foram distribuídos os documentos
36 que fundamentam e justificam a proposta de Opções do Plano e Orçamento para o ano de
37 2025, último ano do mandato, procurando responder às questões prioritárias desse
38 período. Neste contexto, fez um enquadramento sintético da matéria, referindo, em
39 primeiro lugar, que se mantém como tema central, até ao dia 25 de Abril de 2026, a
40 celebração dos 50 anos do 25 de Abril, com especial enfoque nas questões da Participação
41 Popular e do Associativismo, marcando a atividade Municipal, ao longo do ano de 2025.

42
43 As Opções do Plano e Orçamento foram definidas num contexto, já conhecido, de
44 agravamento dos fatores de instabilidade a nível internacional, com desafios que
45 incluíram não apenas os conflitos em curso, a crise global dos refugiados e a evolução
46 negativa da economia internacional, em particular na União Europeia onde as duas
47 principais economias enfrentaram dificuldades, mas também a crise energética, a escassez
48 de matérias-primas e a redução dos rendimentos do trabalho, prevendo que 2025 fosse
49 um ano marcado por grande incerteza, com potenciais impactos no crescimento
50 económico de alguns países da União Europeia, repercutindo-se em Portugal, podendo

1 contribuir para o agravamento da situação social, sendo a pobreza reconhecida como um
2 dos principais problemas no país e, naturalmente, também no Concelho de Évora.

3
4 Em 2024, foram registados alguns dos principais programas e projetos previstos para
5 2025, incluindo as questões relacionadas com as infraestruturas do novo Hospital Central
6 do Alentejo, no entanto, ao longo deste ano, não se verificaram progressos significativos,
7 tendo a sua execução sido adiada para 2025, pelo contrário, registou-se mesmo uma
8 evolução desfavorável, encontrando-se ainda pendente a assinatura da alteração ao
9 protocolo, em vigor com o Governo, sobre esta matéria. Trata-se de um investimento de
10 grande relevância, cujo montante global poderá exceder os 14 milhões de euros,
11 dependendo do momento de lançamento do concurso e do financiamento, fatores
12 determinantes para apurar o valor implicado para 2025.

13
14 No âmbito do Plano Local de Habitação, foram candidatados 53 milhões de euros dos 63
15 milhões contratualizados e deste montante, aproximadamente 10 milhões de euros foram
16 aprovados, estando cerca de 9 milhões já aprovados, executados ou em fase de execução.

17
18 Quanto à Capital Europeia da Cultura preveem acompanhar a construção, de acordo com
19 os termos do BidBook, em colaboração com a Associação Évora 2027.

20
21 As novas extensões de saúde, cuja implementação esteve inicialmente prevista para o
22 início do ano, não foram concretizadas porque a assinatura final dos acordos ocorreu
23 apenas em outubro/novembro, o que levou ao adiamento do financiamento para 2025.
24 Prevê-se o avanço com cinco dessas extensões, tendo sido abandonado um projeto por
25 falta de justificação, enquanto outro permanece em discussão com a Unidade Local de
26 Saúde.

27
28 Realçou, também, um conjunto de intervenções nomeadamente no Aqueduto da Água de
29 Prata.

30
31 Relativamente a outras prioridades fundamentais, destacaram-se as questões relacionadas
32 com a intervenção e os apoios sociais, nomeadamente através da rede social e do seu
33 reforço, do Plano Integrado de Apoio Social e do Programa de Melhoria das Condições
34 de Habitabilidade. Foram, igualmente, desenvolvidas ações no âmbito da ação social
35 escolar, bem como a colaboração e o apoio às Instituições Particulares de Solidariedade
36 Social (IPSS). Além disso, foram implementados diversos Programas Municipais já em
37 curso há algum tempo nesta área, como o Mês do Idoso, o programa Seniores Ativos e
38 várias iniciativas de capacitação nas áreas da saúde e da segurança.

39
40 Na área da educação, destacou a questão da transferência de competências, acompanhada
41 da preocupação relativa à reposição das verbas despendidas, que não foram devidamente
42 restituídas. Além disso, foi aprovada e lançada a concurso a empreitada para a Escola
43 Conde de Vilalva, com um valor de 3 milhões e 700 mil euros e mais um investimento
44 global superior a 1 milhão e 200 mil euros.

45
46 Na área do desporto e da juventude, foi assegurada a continuidade do programa de apoio
47 às instalações desportivas e ao movimento juvenil, conforme vinha sendo realizado, bem
48 como a concretização de um conjunto de investimentos, nomeadamente em espaços
49 desportivos municipais e noutras infraestruturas relevantes.

1 A prioridade dada à higiene e limpeza públicas, que foi uma área já abordada, tendo em
2 conta as dificuldades sentidas, tem sido reforçada continuamente.

3
4 Na rede viária, os investimentos permaneceram abaixo do necessário, porque não há
5 capacidade nem financiamento, com exceção da parte já praticamente executada através
6 do empréstimo recebido, ao longo do presente ano.

7
8 Foram realizados investimentos na rede de abastecimento de água e saneamento em baixa,
9 incluindo alguns já mencionados, que estavam previstos no âmbito do empréstimo, assim
10 como outros projetos em execução. Recorda-se que a rede de abastecimento de água e
11 saneamento para o novo hospital foi um dos projetos cujo lançamento se esperava para o
12 início do ano.

13
14 Foi assinalada a conclusão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano com a
15 execução de duas obras transitadas do quadro financeiro plurianual anterior da União
16 Europeia: a requalificação dos Paços do Concelho e a criação da ligação pedonal entre a
17 estação ferroviária e o Centro Histórico, passando pelo Rossio, que representaram um
18 investimento global de aproximadamente 800 mil euros.

19
20 Na área económica, destacaram-se os investimentos no Aeródromo, no Bairro Comercial
21 Digital e em diversas infraestruturas de apoio à instalação de empresas.

22
23 A equipa de projetos foi reforçada para a elaboração de diversos projetos, no entanto, foi
24 necessário entregar externamente um conjunto deles, destacando-se o da ESAG, que
25 representou o maior volume de trabalho, com um valor estimado de aproximadamente
26 450 mil euros, que já se encontrava na fase final do concurso e será adjudicado, prevendo-
27 se o seu início em janeiro.

28
29 Foram realizados investimentos na área das máquinas e viaturas no âmbito do POCITYF,
30 bem como no apoio às associações sem fins lucrativos.

31
32 Relativamente à questão das freguesias, foi assegurado o cumprimento do aumento
33 previsto, decorrente da transferência do Orçamento do Estado para o Orçamento
34 Municipal, correspondendo a um incremento de 7,57%.

35
36 Relativamente aos trabalhadores municipais, foi mencionado que seriam concretizadas as
37 questões da competência da Câmara, nomeadamente a opção gestionária, as mobilidades
38 internas e a valorização da carreira e procurou garantir-se um equilíbrio entre os direitos
39 e deveres dos trabalhadores, bem como a melhoria das condições de trabalho e das
40 instalações e deste processo resultou o Acordo Coletivo de Entidade Empregadora
41 Pública (ACEP), cuja assinatura estava prevista para o início de janeiro.

42
43 Defenderam, igualmente, a importância de, em diversas áreas, desenvolverem uma
44 atividade que, por um lado, preservasse as ações já realizadas e, por outro, possibilitasse
45 a concretização de novos investimentos e, apesar dos desafios enfrentados, tais
46 investimentos visavam garantir a melhoria das condições de vida da população e o
47 aperfeiçoamento das infraestruturas do Concelho.

48
49 Concluiu que as Opções do Plano foram delineadas de forma realista e, simultaneamente,
50 procuraram responder, dentro dos recursos disponíveis, às necessidades prioritárias
51 identificadas no Concelho.

1
2 **O deputado Redolfo Pereira** agradeceu, desde logo, ao senhor Presidente da Câmara a
3 explicação prestada, relativamente aos documentos apresentados e, como sempre fez,
4 felicitou os serviços responsáveis pela sua elaboração, destacando a sua exatidão e
5 facilidade de leitura, mesmo para aqueles que não são da área e que o documento, ao
6 incluir um resumo dos mapas mais relevantes, se encontrava bem estruturado merecendo,
7 por isso, reconhecimento.

8 Relativamente à intervenção do senhor Presidente e ao Orçamento e Opções do Plano,
9 salientou que este correspondia ao quarto orçamento do mandato e que o principal desafio
10 permanecia o mesmo do primeiro que é executar e que, ao longo dos anos, houve uma
11 transferência sistemática de planos e medidas extremamente importantes de ano para ano,
12 de orçamento para orçamento, resultando na não concretização de algumas e na execução
13 parcial de outras, o que, na sua perspetiva, configurava uma situação preocupante.

14 Referiu, ainda, que vários projetos estratégicos identificados pelo Executivo como
15 prioritários para 2025 já haviam sido destacados como fundamentais nos anos anteriores,
16 nomeadamente em 2023 e 2024, entre eles, a construção do novo Hospital Central do
17 Alentejo e o Plano Local de Habitação, realçando que, apesar da reconhecida importância
18 da habitação no Concelho, a concretização desse Plano continuava a ser adiada, assim
19 como o Plano Diretor Municipal (PDM), instrumento estratégico cujo processo de revisão
20 teve início em 2021, no mandato anterior, mas que, em dezembro de 2024, ainda não
21 havia sido aprovado em reunião de Câmara.

22 No âmbito do projeto Évora 2027, é do conhecimento público a situação atual, sendo que
23 este deveria constituir um elemento agregador e mobilizador, independentemente das
24 forças políticas envolvidas.

25 Sobre as extensões de saúde, fundamentais para as freguesias rurais, verificou-se a sua
26 sistemática transição de um orçamento para outro. Apesar dos projetos terem sido
27 aprovados a 1 de junho de 2023 e de estarem inscritas verbas para a sua execução em
28 2024, estas não foram aplicadas, tendo sido transferidas para o orçamento de 2025.

29 No que concerne à intervenção de emergência no Aqueduto da Água de Prata, constatou-
30 se que o valor e o texto inscritos no orçamento deste ano são idênticos aos do ano transato,
31 em que foi identificado um troço do Aqueduto em risco, devido à sua inclinação, tendo
32 sido elaborados os respetivos estudos e projetos de intervenção. A obra foi orçamentada
33 em 400 mil euros, sendo classificada como urgente e de emergência, contudo, desde 2024
34 que tem sido sucessivamente adiada.

35 O Plano das Alterações Climáticas foi objeto de análise, tendo-se verificado que se trata
36 de um documento extremamente bem estruturado, uma vez que apresenta um conjunto de
37 medidas e ações pertinentes e fundamentais para o futuro do Concelho. No entanto, no
38 cronograma de execução do Plano, identificam-se medidas com conclusão prevista para
39 2025 que terão de ser adiadas, dado que ainda não foram iniciadas, situação lamentável,
40 pois, apesar de o Executivo camarário ter reconhecido a importância deste Plano para o
41 desenvolvimento do Concelho, a sua implementação continua a ser um desafio, embora
42 a maioria das iniciativas previstas seja relevante e essencial, torna-se evidente a
43 necessidade de melhorias significativas na fase de execução.

44 Sobre a questão das reuniões de trabalho da Câmara com as Juntas e Uniões de Freguesia,
45 refere terem melhorado, mas serem, ainda, em número insuficiente e quanto aos aumentos
46 propostos, estes decorreram das transferências previstas no Orçamento de Estado.

47 Acerca da questão da rede viária, salientou a importância da mesma, por se encontrar
48 extremamente deteriorada e considerou que os 2 milhões de euros previstos seriam um
49 montante insuficiente, face ao estado em que se encontrava a infraestrutura da rede viária.
50 Relativamente ao orçamento, se até então se destacava a dificuldade na sua execução,
51 presentemente a principal questão residia, cada vez mais, na arrecadação de receita que

tem sido uma realidade constatada nos diversos orçamentos apresentados, evidenciando as dificuldades enfrentadas na captação de receita.

No que concerne à despesa, nomeadamente ao investimento, considerava que a verba destinada a esta área poderia ter sido superior.

Considerou que o orçamento apresentado, nomeadamente na vertente da receita, se revela irrealista, uma vez que o Município não teria capacidade para arrecadar os 104 milhões de euros previstos, porque, mesmo em circunstâncias favoráveis, a receita efetiva costuma situar-se entre 70 a 75 milhões de euros, sendo o montante remanescente incluído apenas com o propósito de equilibrar formalmente as contas entre receita e despesa.

Concluiu referindo que este orçamento, nomeadamente na vertente da receita, é completamente irrealista porque é impossível o Município conseguir arrecadar os 104 milhões de euros que estão previstos. Normalmente e se tudo correr bem, diga-se assim, conseguem recobrar-se cerca de 70 a 75 milhões de euros e todo o restante destina-se única e exclusivamente a assegurar o equilíbrio do orçamento entre a receita e a despesa.

O deputado Paulo Ribeiro manifestou a sua posição relativamente ao orçamento apresentado para deliberação, considerando-o um documento alinhado com o do ano anterior, conforme também foi evidenciado pelo deputado Redolfo. Trata-se do último orçamento do atual Executivo, marcando assim o início do último ano do presente mandato, voltando a exortar o Executivo a reforçar os mecanismos de controlo, em consonância com as recomendações da ROC, que já vinham sendo destacadas.

Sublinhou, ainda, a persistência de uma baixa taxa de execução e das dificuldades na obtenção de receita, salientando a necessidade imperativa de incrementar a capacidade de arrecadação, face à situação financeira do Município e, na sua perspetiva, este desígnio deveria orientar a atuação de diversos departamentos municipais.

Defendeu, igualmente, que o orçamento municipal deveria evidenciar um compromisso firme com a redução e o controlo da despesa, a modernização e a valorização dos ativos, o reforço da capacidade creditícia do Município e o aumento da receita, destacando ainda a necessidade de políticas robustas em áreas fundamentais como a habitação, a limpeza e higiene urbana, as alterações climáticas e a mobilidade.

Recordou que, neste exercício orçamental, estavam subjacentes muitos dos desígnios principais do século XXI para a cidade, nomeadamente projetos estruturantes como o Hospital, o PT2030, o PRR, o PLH e o Évora 2027, entre outras iniciativas.

Apesar de algumas divergências face ao seu ideário e programa político, o Movimento Cuidar de Évora optou pela abstenção, em conformidade com a posição anteriormente assumida pela senhora Vereadora Florbela Fernandes, reiterando as preocupações já expressas no ano transato.

O deputado Francisco Brito manifestou, também, preocupações relativamente ao Orçamento e às Opções do Plano, mencionando diversos projetos, como a requalificação do edifício dos Celeiros da EPAC, a reabilitação da Igreja de São Vicente (primeira fase) e a concessão para a construção e exploração de um crematório no Cemitério do Espinheiro, porque todos estes projetos tinham como prazo de conclusão dezembro de 2023. Contudo, segundo a informação disponível, nenhum deles avançou. Assim, revela a sua dúvida quanto ao rigor com que o documento em análise foi elaborado, uma preocupação que tem vindo a apresentar sempre que alguns documentos são submetidos à Assembleia, considerando que a execução dos projetos demonstra um nível reduzido de rigor.

Referiu, ainda, a existência de um projeto com término previsto para o final do presente mês, relacionado com a negociação da transferência da gestão dos cemitérios para as

1 Juntas de Freguesia e questionou os Presidentes de Junta, em particular o Presidente
2 Ananias e a Presidente Bernarda, sobre se tal negociação ocorreu ou se estava em curso.
3 Relativamente à reorganização da contabilidade de custos, também com prazo de
4 conclusão em dezembro de 2023, solicitou esclarecimentos sobre o seu estado e no que
5 diz respeito à criação do Gabinete de Apoio ao Associativismo, tendo em conta as
6 dificuldades financeiras da Câmara Municipal de Évora, questionou se esta iniciativa
7 avançaria efetivamente e qual a dotação financeira prevista para o programa Casa Caiada.
8 Colocou, igualmente, questões sobre o estudo do controlo da população de pombos
9 urbanos, afirmando que a intenção deveria ser a implementação de medidas de controlo
10 desde o início do mandato, no entanto, verificou que o documento apresentado propunha,
11 antes, a realização de um estudo sobre o controlo, pelo que solicitou esclarecimentos
12 sobre o seu real propósito e aplicação.

13 No que concerne à transferência de imóveis para as sedes das Juntas de Freguesia,
14 abordou a questão do Centro Histórico de Évora, um problema que, apesar dos esforços
15 para ser resolvido, não obteve resposta por parte do Município e questionou, assim, se
16 nos últimos meses do mandato se verificaria algum avanço nesta matéria.

17 Relativamente ao projeto de arquitetura e especialidades do edifício da antiga Rodoviária,
18 perguntou se seguiria o mesmo percurso do Salão Central ou se, à semelhança do
19 concurso público de ideias realizado para a ESAG, seria adotado um procedimento
20 semelhante.

21
22 **A deputada Elmina Lopes** apresentou algumas considerações, em nome da CDU,
23 relativamente à concordância com as Grandes Opções do Plano, propostas pelo Executivo
24 Municipal, e felicitou o Executivo pela capacidade demonstrada na condução do
25 programa de governo da cidade, destacando o exercício de democracia e negociação
26 evidenciado pela composição do Executivo, com dois vereadores em sete.

27 Foi também enaltecido o compromisso assumido pelo Executivo na concretização do
28 Plano Local de Habitação, cujo investimento significativo representaria, quando
29 implementado, uma melhoria substancial na qualidade da habitação dos Eborenses, bem
30 como o surgimento de novas habitações.

31 No entanto, lamentou que, no que dependia do Governo Central, os projetos mais
32 estruturantes continuassem a sofrer sucessivos adiamentos, nomeadamente no que
33 respeita ao Hospital Central em que o protocolo de atualização dos valores permanecia
34 por assinar, dificultando o avanço do projeto, e manifestou preocupação com as recentes
35 informações sobre o abastecimento de energia ao novo Hospital, uma questão que,
36 aparentemente, só recentemente teria começado a ser tratada, comprometendo a execução
37 da componente a cargo da Câmara Municipal.

38 Recordou, ainda, que a Administração Local recebera uma delegação de competências do
39 Poder Central particularmente exigente, abrangendo áreas como as escolas, os centros de
40 saúde e a ação social, sendo que essa transferência de responsabilidades ocorreu, uma vez
41 mais, sem o devido reforço financeiro e, assim, os encargos foram atribuídos sem que
42 tivesse sido disponibilizado o financiamento correspondente, prejudicando as
43 competências próprias das Autarquias e comprometendo as suas capacidades financeiras
44 e sublinhou-se que tais encargos representavam um entrave à atividade geral do
45 Município.

46
47 **O Presidente da Câmara Municipal** referiu que existia um conjunto de projetos cuja
48 responsabilidade não cabia à autarquia, pelo que não lhes poderia ser atribuída essa
49 competência e que a execução física e o financiamento desses projetos dependiam de
50 acordos estabelecidos com o poder central, sendo o novo hospital e as extensões de saúde

1 exemplos claros de iniciativas que, há vários anos, eram sucessivamente adiadas,
2 entrando agora numa nova fase.

3
4 Sublinhou, ainda, que esses valores eram necessariamente integrados no orçamento, pois
5 assim o exigiam as normas em vigor, no entanto, aquando da contabilização da receita,
6 surgiam desafios significativos, uma vez que a previsão orçamental assentava
7 frequentemente numa receita meramente virtual, sem garantias de concretização efetiva
8 e, em muitos casos, essa receita acabava por não se materializar, criando um desfasamento
9 entre os valores inscritos e a realidade financeira.

10
11 Defendeu, por conseguinte, que as imposições legais deveriam permitir a inclusão destes
12 projetos nos orçamentos e planos de atividade, apenas no momento da sua concretização
13 efetiva, o que possibilitaria uma maior aproximação à realidade financeira, e que este
14 problema se relacionava com a obrigatoriedade de cabimentar todas as despesas, mesmo
15 quando estas não fossem liquidadas no próprio ano, o que representava um desafio
16 adicional para a gestão orçamental.

17
18 Ficou registada a questão das Juntas de Freguesia, que se revelou importante.

19
20 Relativamente à afirmação proferida pelo deputado Paulo Ribeiro, se houve um aspeto
21 em que o Município registou melhorias, esse esteve diretamente relacionado com a sua
22 capacidade creditícia, com efeito, aquando da contração do último empréstimo, algo que
23 não ocorria há vários anos; tal não resultou numa penalização dessa capacidade,
24 mantendo-se esta inalterada.

25
26 Em resposta ao senhor Presidente da Junta de Freguesia, sobre a questão do rigor,
27 salientou a necessidade de prever um conjunto de projetos e obras, ainda que sem garantia
28 de concretização e que tal deveria ser devidamente salvaguardado, evitando a necessidade
29 de submeter esses projetos a candidaturas futuras, sem a certeza de financiamento,
30 relembrando, ainda, que a inclusão dessas iniciativas no orçamento era essencial, uma
31 vez que, sem essa previsão, não seria possível formalizar candidaturas a apoios
32 financeiros.

33
34 Foi igualmente informado que o Gabinete de Apoio ao Associativismo iniciou a sua
35 atividade junto do Departamento Sociocultural, reforçando o seu papel no apoio às
36 associações locais.

37
38 Esclareceu-se que o projeto de controlo da população de pombos já se encontrava em
39 andamento, reconhecendo-se, no entanto, a complexidade da sua execução.

40
41 Relativamente às transferências de imóveis para as Juntas de Freguesia, todas as que não
42 apresentavam dificuldades significativas foram concretizadas, tendo sido naturalmente
43 aceites pelas respetivas Juntas, pelo que permaneceu a disponibilidade para encontrar
44 soluções para os casos restantes.

45
46 No que respeita à ex-rodoviária, o projeto de arquitetura foi elaborado internamente pela
47 Câmara, não sendo, por isso, necessário proceder ao lançamento de outro projeto, aliás,
48 estavam reunidas as condições para o lançamento da obra, desde que houvesse
49 financiamento, considerando-se esta uma intervenção de grande importância.

1 A questão do abastecimento de energia ao novo Hospital surgiu durante uma reunião com
2 a E-REDES, realizada no âmbito da iluminação dos acessos, em que foi identificado que
3 não existia qualquer projeto ou pedido formal para a alimentação elétrica da nova unidade
4 hospitalar e, de imediato, foi convocada uma reunião com a Administração Regional de
5 Saúde (ARS), a E-REDES e a Câmara Municipal.

6 Na primeira reunião a ARS não esteve presente, pelo que apenas foi possível confirmar a
7 necessidade da solicitação de ligação à rede elétrica, na segunda reunião, sendo que,
8 posteriormente, a ARS avançou com o pedido de ligação, cuja concretização ficou
9 prevista para o início de dezembro, no entanto, tornou-se ainda necessário desenvolver o
10 projeto e executar a obra, que afetará a rede de acessibilidades.

11 A E-REDES esclareceu que a obra das acessibilidades teria de ser realizada em duas fases
12 distintas, uma vez que a intervenção na rede elétrica teria implicações diretas na rede
13 viária, dado que o abastecimento energético ao Hospital teria de ter uma redundância a
14 partir de duas subestações: a de Évora e a da Caeira, localizadas em extremidades opostas
15 da cidade, o que exigiria a abertura de uma parte significativa da malha urbana, para
16 garantir a alimentação elétrica ao hospital.

17 Face a estes desafios, foi necessário proceder a uma análise cuidadosa e a um planeamento
18 rigoroso das intervenções, assegurando a melhor solução para a concretização do projeto.

19
20 Relativamente à transferência de competências, foi estabelecido um acordo com a
21 Associação Nacional de Municípios, o qual se esperava que fosse cumprido, garantindo
22 o pagamento dos custos inerentes, mas verificou-se que os representantes de outras
23 autarquias, que inicialmente não aparentavam ter reservas quanto a este processo,
24 manifestaram, durante a reunião com o Presidente da Assembleia da República, realizada
25 em Vila Viçosa, preocupações relativamente aos défices resultantes da transferência de
26 competências, o que se revelou importante e merecedor de análise, dado o peso
27 significativo que representa.

28
29 **O deputado Francisco Figueira** declarou que, mais uma vez, o voto da sua bancada seria
30 contra o orçamento apresentado, que constituía o 12.º Orçamento da CDU e o 4º
31 submetido em minoria no atual mandato, sublinhando que, à semelhança dos anteriores,
32 persistiam dúvidas quanto à sua execução, apontando críticas recorrentes à gestão
33 municipal, considerada deficitária e insuficiente, bem como o descontentamento da
34 população face à administração da autarquia, apesar de haver quem continue a conceder
35 cheques em branco à gestão em curso.

36 Afirmou que, desde o início, a posição da sua bancada foi clara quanto à falta de condições
37 políticas da Câmara, a qual, contando apenas com dois vereadores em sete, se encontrava
38 isolada e sem capacidade de diálogo com as restantes forças políticas. Não tem condições
39 de gestão municipal para apresentar as respostas que a população exige e que os
40 Eborenses merecem e por essa razão, defendeu a necessidade de uma mudança política
41 estrutural e reiterou o compromisso de assumirem a máxima responsabilidade perante os
42 cidadãos, votando contra aquela que caracterizou como uma gestão municipal
43 inconsequente no último mandato.

44
45 **O deputado Gonçalo Costa** salientou que o orçamento apresentado pelo Executivo da
46 CDU não refletia, de forma alguma, a linha política nem a visão que o Partido Socialista
47 defendia para o futuro do Concelho e que o documento não correspondia ao programa
48 eleitoral sufragado, uma vez que as propostas apresentadas pelo Partido Socialista, ao
49 longo dos quatro anos de mandato, não tinham sido incorporadas nos orçamentos e nos
50 planos de ação submetidos pelo Executivo.

1 Desde o início do mandato, o Partido Socialista assumiu-se como a grande oposição ao
2 Executivo da CDU, pautando a sua atuação por uma postura responsável e colocando
3 sempre os interesses da cidade e dos Eborenses acima de qualquer estratégia partidária e
4 política. Nesse sentido, o posicionamento do partido, relativamente aos sucessivos
5 orçamentos, não significava concordância com o projeto político da CDU, mas antes uma
6 decisão fundamentada na necessidade de evitar que a não aprovação dos orçamentos
7 servisse de justificação para a falta de governação que, na sua perspetiva, marcou os
8 últimos anos de mandato.

9 Ao longo dos sucessivos orçamentos, a posição adotada teve por base a convicção de que
10 inviabilizar as propostas da CDU poderia servir de justificação para a falta de governação,
11 que caracterizou os últimos anos deste mandato, e a decisão de abstenção não refletiu
12 uma concordância com os princípios ou com o projeto político da CDU, mas antes a
13 intenção de não proporcionar ao Executivo um argumento que pudesse justificar a inação.
14 Contrariamente ao que foi afirmado pela bancada da CDU, não se verificou a construção
15 de consensos, mas sim um isolamento por parte dos seus vereadores, que não souberam
16 estabelecer as pontes necessárias para o diálogo e a cooperação. Deste modo, a abstenção
17 representou um compromisso com a estabilidade institucional, evitando qualquer
18 possibilidade de atribuição de responsabilidades à oposição, pela falta de execução das
19 políticas municipais.

20 Esta abstenção não representou uma concordância, mas sim a decisão de não obstruir a
21 ação da Câmara, evitando assim fornecer ao Executivo uma justificação para a não
22 execução das medidas previstas no final deste ciclo autárquico de 4 anos de governação,
23 que, na verdade, corresponderam a 12, e que os Eborenses avaliaram o desempenho
24 deste Executivo, com base nas ações concretizadas e nas que permaneceram por realizar,
25 não lhes sendo possível alegar que não executaram determinadas medidas por falta de
26 meios ou devido a um suposto bloqueio das forças políticas, pelo que vão ser julgados
27 exclusivamente pelo trabalho efetivamente realizado e pelo que permaneceu por cumprir.
28 A posição de voto adotada foi a abstenção, em conformidade com a linha política do
29 Partido Socialista, reiterando que esta decisão não representa uma concordância, mas
30 antes a intenção de não comprometer a atividade do Município, permitindo a execução
31 de um conjunto de projetos estruturantes, destacando a construção do Hospital Central do
32 Alentejo e a iniciativa da Capital Europeia da Cultura fundamentais para a cidade, para o
33 Concelho e para a região, entendendo-se que tais projetos não deveriam ser condicionados
34 pela aprovação do orçamento. Deste modo, procurou evitar-se que a Câmara utilizasse a
35 falta de orçamento como justificação para não cumprir as suas responsabilidades, as
36 quais, na perspetiva da bancada municipal do Partido Socialista, não foram executadas
37 nos prazos e nos termos inicialmente comprometidos.

38 Expôs que a sua apreciação, de caráter pessoal e não vinculativa para os demais
39 companheiros, reflete a perceção de que a gestão camarária demonstrou uma postura
40 pouco ativa, evidenciando, em diversas situações, um adiamento da resolução de questões
41 importantes, por vezes de forma intencional, uma ausência de atitude proativa na
42 resolução dos problemas, sendo recorrente a apresentação de justificações em detrimento
43 da apresentação de soluções concretas. Destacou que, enquanto responsável máximo do
44 Município, deveria ter assumido um papel central na procura de respostas e na
45 implementação de medidas eficazes, em vez de recorrer frequentemente a justificações
46 externas, atribuindo responsabilidades ao Governo, à ARS, à E-REDES, ou a outros
47 intervenientes, como no caso dos cinco anos de espera pelo posto de transformação do
48 Salão Central, portanto o que gostaria era que houvesse mais soluções e menos desculpas
49 porque uma obra de grande relevância, como o Hospital Central do Alentejo, com um
50 investimento de 260 milhões de euros, a questão do projeto e da ligação do posto de
51 transformação representava uma dificuldade menor no conjunto do empreendimento.

1 Portanto, não se justificava que essa questão fosse apresentada como um obstáculo
2 determinante ou como um fator externo de bloqueio, seja por parte do Governo anterior
3 ou do atual, portanto, o que se esperava do senhor Presidente era uma postura mais
4 proativa, com a capacidade de apresentar soluções em vez de justificar constrangimentos,
5 que se envolvesse ativamente na resolução dos desafios da cidade e dos seus municípios,
6 promovendo negociações com as entidades competentes e assumindo um papel de
7 liderança na defesa dos interesses locais, em vez de adotar uma posição passiva à espera
8 de respostas por parte do Governo.

9
10 **A deputada Elmina Lopes** destacou que foi apresentada uma narrativa que considerou
11 inacreditável e, para fundamentar a sua posição, leu um documento onde se registava que,
12 *“Os eleitos da CDU comunicaram em 16 de outubro de 2024, em reunião de Câmara o*
13 *calendário para a elaboração da proposta de opções do plano e orçamento Municipal*
14 *para 2025 e convidaram as forças políticas a apresentarem propostas”*, no entanto,
15 nenhuma proposta foi apresentada. Posteriormente, o Movimento Cuidar de Évora
16 transmitiu a sua posição geral e apontou as prioridades que considerou fundamentais, as
17 quais foram tidas em conta. Já o Partido Socialista propôs uma reunião para o dia 28 de
18 novembro, uma data bastante tardia para a discussão destes assuntos, o que, segundo a
19 deputada, demonstrou que houve um esforço negocial da CDU.

20 Relativamente à questão dos investimentos e das infraestruturas, referiu que, embora se
21 possa recorrer a argumentos demagógicos, a realidade demonstrava que a concretização
22 de certos projetos estava dependente de entidades externas e, como exemplo, mencionou
23 o projeto energético do hospital, cuja execução competia à E-REDES, sendo que a
24 Câmara Municipal não poderia avançar com determinadas intervenções caso a rede
25 elétrica estivesse, ainda, em fase de obras na cidade, que era uma questão de gestão e
26 condução do processo e não uma questão de falta de vontade ou de desculpas por parte
27 da CDU.

28 Concluiu afirmando que, perante os desafios e dificuldades existentes, era essencial que
29 a população de Évora reforçasse a votação na CDU, garantindo, assim, uma concretização
30 mais eficaz do seu programa, apesar das diferentes visões políticas existentes.

31
32 **A deputada Clara Grácio** reconheceu que a situação era difícil e que existia alguma
33 preocupação, o que, por vezes, resultava em atitudes menos civilizadas, pelo que
34 considerou que isso não justificava a desvalorização da seriedade do momento e na
35 verdade, se a população analisar os planos e as realizações efetivas, é a apreciação daquilo
36 que efetivamente foi realizado, mesmo que se tente que seja escamoteado com outras
37 formas de esconder, a perceção da população é exatamente essa, é que não sejam dois em
38 sete seja muito mais da CDU, porque o povo de Évora merece isso.

39
40 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que, em termos de elegância, a bancada da CDU não
41 é exemplo porque se há bancada que tenta incomodar as outras bancadas quando estão a
42 intervir não são as restantes, portanto, não assumem essa postura e realmente as votações
43 da CDU têm vindo a expressar o contentamento da população de Évora pelo crescente
44 dos números de deputados nos últimos ciclos eleitorais, mas uma coisa tem a certeza, a
45 CDU não estará à frente do Executivo nas próximas eleições autárquicas para bem da
46 cidade e dos Eborenses.

47
48 **O deputado Natanael Vinha** afirmou que a preocupação é uma constante e que, sempre
49 que há tempo, esta se manifesta pela importância de acompanhar o que se passa e de
50 intervir quando necessário, por uma questão de lealdade, expressando a sua opinião.

1 Nesta ocasião, referiu que, sendo este o último orçamento e Plano do mandato se pode
2 concluir que, ao longo dos últimos 12 anos, o Partido Socialista não inviabilizou qualquer
3 orçamento da CDU, que esta postura não foi fácil de manter, exigindo um esforço
4 contínuo para adotar uma atitude construtiva todos os anos, independentemente do grau
5 de crítica, procuraram criar-se condições para que os projetos avançassem, garantindo
6 não apenas a execução das medidas pelos responsáveis políticos, mas também
7 promovendo uma estabilidade que beneficiasse a cidade e os trabalhadores da Câmara
8 Municipal.

9 Sublinhou, ainda, que este esforço decorreu da constatação de que, num passado não
10 muito distante, a cidade viveu um período marcado por um clima de confronto e ataques
11 pessoais e que a evolução das plataformas de comunicação se tornou uma nova ferramenta
12 de debate, embora possa gerar maior ou menor desconforto, considerou positivo o facto
13 de possibilitar a exposição de opiniões de forma não anónima e transparente.

14 Nas intervenções da sua bancada há, sistematicamente, uma ambição para a cidade, bem
15 como uma certa frustração pelo facto de determinadas ações que, aparentemente,
16 poderiam ser concretizadas não estarem a acontecer, pelo que compreendem que, por
17 vezes, a concretização dessas medidas não ocorra no tempo desejado ou dentro das
18 expectativas estabelecidas, podendo haver constrangimentos que as tornam inviáveis.

19 Contudo, foi com desapontamento que se constatou a ausência de uma resposta concreta
20 por parte do senhor Presidente da Câmara a uma questão simples, como o número de
21 veículos removidos da via pública, não considerando plausível que essa informação não
22 estivesse disponível ou acessível, pelo que a falta de resposta gerava uma fricção evitável
23 porque poderia ter sido promovida uma colaboração mais eficaz na procura de soluções
24 conjuntas, independentemente das posições político-ideológicas, para um problema que
25 afeta toda a cidade, incluindo os Presidentes de Junta, especialmente em áreas onde a falta
26 de estacionamento se agrava devido à presença de dezenas de veículos abandonados.

27 Desde o início do mandato tem perguntado sobre a gestão das multas de trânsito e das
28 contraordenações, tem observado uma melhoria nesses processos, mas salienta que o
29 aumento preocupante das agressões, aos fiscais municipais, é uma situação inaceitável
30 que não deveria ocorrer.

31 Ao longo dos anos, apesar de não ter sido chumbado qualquer orçamento da CDU, foram
32 apresentadas dezenas de propostas. Contudo, face à ausência de concretização das
33 propostas anteriormente sugeridas, tornou-se evidente que a apresentação de novas
34 propostas, enquanto as pendentes não fossem implementadas, poderia comprometer a sua
35 credibilidade.

36 Mencionou que o membro da Assembleia da CDU, José Figueira, realizou uma
37 intervenção em que citou um artigo publicado no Diário do Sul, no qual abordou os
38 investimentos no Palácio de D. Manuel e no Teatro Garcia de Resende, no entanto,
39 importa recordar que, no passado, já haviam sido investidos centenas de milhões de euros
40 nesses espaços, na requalificação do parque escolar, na melhoria das acessibilidades e em
41 diversas outras infraestruturas, embora não se pretenda enumerar exaustivamente tais
42 intervenções, neste momento, essa análise poderá ser realizada, se necessário.

43 Assinalou que este orçamento se caracteriza pela introdução apresentada pelo senhor
44 Presidente da Câmara, na qual se enquadra a situação internacional, no entanto, essa
45 mesma situação apenas é considerada relevante quando a CDU assume responsabilidades
46 governativas, enquanto, em outros contextos políticos, a influência do cenário
47 internacional tende a ser desvalorizada, tal como a crise das dívidas soberanas e a crise
48 da intervenção da Troika, que, à época, não foram reconhecidas como fatores
49 determinantes. Contrariamente, atualmente, as crises são destacadas como elementos de
50 grande impacto, pelo que recordou que, em momentos anteriores, situações de crise
51 conduziram a desafios semelhantes aos que, caso não ocorram alterações significativas,

1 poderão eventualmente verificar-se novamente em Évora, independentemente da
2 existência de planos estratégicos.

3 No que concerne às delegações de competências, sempre houve discordância em relação
4 a esta matéria, uma vez que se trata de uma questão complexa, variando consoante a
5 realidade e as condições de cada Município, no entanto, partia-se do princípio de que os
6 Municípios pretendiam exercer influência sobre o que ocorria nos seus territórios e
7 contribuir para a melhoria da vida das populações.

8 As verbas transferidas corresponderam aos montantes anteriormente utilizados para a
9 prestação desses serviços à comunidade, embora pudessem ser consideradas
10 insuficientes, eram as que estavam disponíveis. Contudo, verificou-se uma mudança
11 súbita na perceção sobre os recursos disponíveis, passando-se de uma realidade em que o
12 país, alegadamente, não dispunha de meios suficientes para sustentar tais encargos, para
13 uma nova abordagem em que parecia ser viável somar despesas e apresentá-las
14 posteriormente para receber. Esta situação aplicava-se a todos os Municípios,
15 reconhecendo-se a complexidade e o carácter inovador do desafio, mas, inevitavelmente,
16 este era um percurso que teria de ser trilhado porque Portugal encontrava-se desalinhado
17 em relação a outros países desenvolvidos, pelo que se tornava imperativo proceder a esta
18 evolução, ainda que exigindo melhorias contínuas e céleres, de forma a produzir impactos
19 visíveis no tempo útil das gerações em causa.

20 A título de exemplo, mencionou-se a Escola Secundária André de Gouveia, cuja
21 conclusão estava prevista para um horizonte temporal de dez anos, situação que levantava
22 preocupações, uma vez que, nesse período, a degradação das infraestruturas tornar-se-ia
23 ainda mais evidente, perpetuando as condições inadequadas que já se verificavam há
24 décadas, recordando que, ao longo de vinte anos, sucessivas gerações de estudantes
25 frequentaram um estabelecimento de ensino sem as condições desejáveis, enquanto se
26 aguardava um financiamento avultado para concretizar um projeto idealizado como
27 exemplar, em vez da adoção de uma estratégia faseada, que permitisse melhorar
28 progressivamente as condições existentes.

29 Esta preocupação era extensível a outras infraestruturas, como as residências
30 universitárias, cuja carência dificultava a vida académica dos estudantes, porque a espera
31 prolongada por investimentos significativos resultava, muitas vezes na conclusão dos
32 percursos académicos, por parte dos beneficiários, antes da sua concretização.

33 Compreendia que o financiamento fosse um fator condicionante, sendo este um desafio
34 transversal a todas as áreas de gestão pública, considerando que o senhor Presidente da
35 Câmara teve, no período em apreço, condições privilegiadas para desempenhar a sua
36 função, beneficiando de maiorias absolutas na gestão municipal, do cumprimento integral
37 da Lei das Finanças Locais e de níveis de financiamento sem precedentes, quer através
38 de transferências do Estado para as autarquias, quer por via de Fundos Comunitários,
39 portanto, verificou-se uma estabilidade, tanto em termos de tempo disponível para a
40 execução de projetos, como de recursos financeiros acessíveis, mas os resultados
41 apresentados revelaram-se aquém das expetativas.

42 Destacou que era uma questão de opções, embora as tomadas não tenham sido
43 inteiramente negativas, não foram, na sua perspetiva, as melhores, mas se tivesse sido o
44 seu partido a assumir essa responsabilidade, teria tomado outras medidas e qualquer
45 observador atento à gestão da pólis, nos últimos anos, facilmente identificaria as
46 principais diferenças que o Partido Socialista teria implementado, sendo certo que, apesar
47 de tudo, sabem que existem sempre algumas inevitabilidades.

48 Expressou satisfação pelo facto do orçamento, e o respetivo ponto, terem sido discutidos
49 antes do Natal porque, no passado, houve críticas pelo atraso na análise destes
50 documentos, por serem tratados tão tardiamente e que, pela primeira vez, pelo que se
51 recorda, o assunto foi abordado atempadamente e fez questão de reconhecer esse facto,

1 enfatizando que não se deve apenas apontar quando algo corre mal, mas também
2 reconhecer quando corre de forma adequada.

3
4 **O deputado Francisco Figueira** considerou que as intervenções ouvidas, a propósito
5 deste assunto, eram, de facto, cristalinas, tendo ouvido a bancada da CDU afirmar que
6 compreendia que a noite se prolongava e que era difícil, no entanto, não via qualquer
7 dificuldade no funcionamento da democracia, nem no prolongamento para as tardes e
8 noites necessárias para encontrar plataformas de entendimento, que pudessem resolver os
9 problemas das populações, sem preconceitos ideológicos ou de outra natureza e que o
10 problema era a minoria da CDU não querer compromisso nenhum; a minoria CDU quis
11 sempre cheques em branco.

12 Referiu que, no primeiro orçamento deste mandato, apresentaram 60 propostas, mas
13 abstiveram-se porque, as medidas que haviam sido consensualizadas não foram
14 cumpridas, pelo que optaram por não prosseguir com esse modelo de gestão, porque ou
15 se criavam as condições para estabelecer uma plataforma política de acordo com a
16 vontade expressa pelo eleitorado, capaz de responder eficazmente aos problemas da
17 população e melhorar a gestão municipal, ou não se justificaria a continuidade desse
18 processo.

19 Relembrou que a bancada do Partido Socialista, nos últimos três anos, adotou uma
20 postura, relativamente à gestão municipal, que era insuficiente; os Presidentes de Junta
21 reclamaram toda a razão das insuficiências da gestão municipal e as suas preocupações
22 face às deficiências dessa gestão, no entanto, apesar dessas reclamações, acabaram por
23 viabilizar o orçamento, permitindo que a gestão inconsequente prosseguisse. O problema
24 não era a desculpabilização da CDU por não ter orçamento, a desculpa da CDU era
25 mesmo por ter orçamento, por ter condições, mas depois persistirem as reclamações de
26 que a gestão municipal era insuficiente, não sendo capaz de dar resposta adequada aos
27 problemas da população.

28 Da parte da sua bancada pretendem uma gestão municipal, que concretize, que se
29 comprometa, que impulsione, que avance, que mobilize e que o faça não só do ponto de
30 vista da dialética e da retórica política, mas com ações concretas, pelo que não fazia
31 sentido afirmar o empenho na Capital Europeia da Cultura e, depois, esperar 22 meses
32 para constituir os órgãos responsáveis pela implementação das iniciativas associadas. Da
33 mesma forma, não era coerente referir investimentos no Palácio D. Manuel sem
34 reconhecer que, quando a CDU deixou a gestão desta Câmara, há mais de duas décadas,
35 o largo, em frente ao município, não só ainda possuía um mercado municipal do século
36 XIX, como também era uma zona profundamente degradada, portanto, não se podia jogar
37 com as palavras porque, com certeza, todos andam na vida cívica há muito tempo e
38 possuem capacidades oratórias e retóricas para construir as narrativas de acordo com o
39 que se pretende atingir, mas, para além da retórica, esteve sempre em causa a vida das
40 pessoas. Neste contexto, a gestão municipal revelou-se insuficiente, não bastava
41 reconhecer essa carência, em termos retóricos, sem que dela decorressem consequências
42 políticas concretas, no entanto, a decisão tomada traduziu-se, na prática, num cheque em
43 branco, permitindo que a gestão continuasse a ser conduzida por apenas dois vereadores,
44 responsáveis por 1.400 pessoas. Foi uma opção, considerando que existiam condições e
45 abertura política para uma solução distinta, uma gestão diferente e um compromisso
46 alternativo, no entanto, optaram por não seguir esse caminho, mantendo uma posição e
47 uma retórica específicas.

48 Da parte do seu Partido, entendem que o percurso a seguir deveria ser outro, retirando daí
49 todas as consequências, procurando construir uma alternativa a esta minoria, que se
50 revelou insuficiente face às ambições e aos anseios da cidade. Continuarão a construir
51 uma plataforma política até às próximas eleições, mas sobretudo para além delas,

1 reconhecendo que o mundo não terminava no mandato do senhor Presidente Carlos Pinto
2 de Sá, tal como não terminará nos mandatos de qualquer um dos intervenientes.
3 O compromisso e a responsabilidade assumidos foi o de contribuir para a construção de
4 uma sociedade melhor, promovendo o diálogo e, mais do que isso, a capacidade de
5 estabelecer compromissos sólidos, em prol de um futuro mais promissor, o que,
6 infelizmente, ao longo dos últimos quatro anos não foi possível, uma vez que a CDU
7 nunca demonstrou uma verdadeira intenção de o concretizar, apesar de ter sugerido essa
8 possibilidade, sendo neste contexto que o Partido Socialista permitiu a aprovação de
9 quatro orçamentos e, neste momento, constata objetivamente que a gestão municipal se
10 revelou insuficiente.

11
12 **O Presidente da Câmara Municipal**, relativamente à tentativa de afirmar que a gestão
13 da CDU não teria procurado compromissos, ao contrário das demais forças políticas, o
14 que considerou incorreto, esclareceu que a CDU apresentou uma proposta abrangente de
15 governabilidade da Câmara, que, na sua perspetiva, refletia os resultados eleitorais em
16 termos de votos e mandatos, no entanto, essa proposta não foi aceite, facto que considerou
17 relevante recordar, sublinhando a importância da memória neste contexto.

18
19 Relativamente às 60 propostas mencionadas, referiu que a CDU respondeu por escrito,
20 detalhando quais foram realizadas, quais não foram e quais se encontravam em fase de
21 execução, sublinhando que essa informação ficou devidamente registada. Apontou, ainda,
22 que o PSD, já com vista às eleições, optou por chumbar os orçamentos, assumindo, assim,
23 essa decisão.

24
25 Relativamente a Évora 2027, reafirmou o compromisso significativo e esforço
26 empreendidos para salvaguardar aquele que se considera um bem único: a obtenção do
27 título de Capital Europeia da Cultura, alcançado sob a liderança do Município e esse
28 compromisso foi mantido até ao limite do possível, dentro dos constrangimentos
29 existentes.

30 Esclarecendo alguns pontos essenciais, em primeiro lugar convidou o deputado Gonçalo
31 Costa a consultar os Estatutos da Associação, onde estão devidamente previstos os
32 financiamentos em espécie, que não foram incluídos por acaso, mas sim como resultado
33 de um compromisso assumido aquando da elaboração do Bidbook. Sublinhou a
34 importância de um conhecimento aprofundado das matérias em questão, de forma a
35 garantir que qualquer análise ou crítica se baseie em fundamentos concretos.

36 No que diz respeito às divergências manifestadas, estas foram expressas de forma clara,
37 na medida em que afetavam a Capital Europeia da Cultura, no entanto, o foco principal
38 tem sido a proteção desse bem único, procurando-se, dentro das possibilidades, garantir
39 a sua concretização e impacto positivo e que haveria, certamente, oportunidade para uma
40 abordagem mais aprofundada no futuro.

41
42 Sobre a questão da ESAG questionou que ações de reabilitação seriam realizadas, com
43 um investimento de 2 milhões de euros, salientando que, caso esses recursos tivessem
44 sido efetivamente aplicados, a sua utilização teria resultado numa intervenção de carácter
45 limitado, incapaz de solucionar os problemas estruturais da escola e, além disso, tal
46 medida poderia comprometer futuros financiamentos, uma vez que a legislação em vigor
47 não permite a atribuição de dois financiamentos distintos, nomeadamente no âmbito dos
48 fundos europeus. Importa ainda referir que, à data, não existia qualquer projeto
49 previamente definido para esta reabilitação, conforme já foi discutido em diversas
50 ocasiões.

1 Relativamente à transferência de competências, a posição assumida baseou-se no acordo
2 estabelecido entre a Associação Nacional de Municípios e o Estado, segundo o qual os
3 custos deveriam ser integralmente cobertos e foi com esse fundamento que a Associação
4 Nacional de Municípios se pronunciou, não estando em causa a inclusão de elementos
5 adicionais, mas sim o cumprimento do que estava estipulado, porque se referia
6 exclusivamente a salários, que eram despesa estrutural, que não estavam a ser pagos, não
7 apenas no caso da Câmara de Évora, mas também em várias outras autarquias.

8 Sublinhou que a transferência de competências, para funcionar, deveria garantir, no
9 mínimo, a autonomia financeira dos Municípios, caso contrário, as autarquias seriam
10 obrigadas a retirar verbas de outras áreas para assegurar o pagamento dos salários, uma
11 despesa essencial e inadiável e, portanto, aquela questão era fundamental no contexto da
12 gestão municipal. Lembrou que, infelizmente, a Lei das Finanças Locais nunca foi
13 integralmente cumprida, referindo, por exemplo, a questão dos impostos, nomeadamente
14 do IMI em que os Municípios nunca foram devidamente ressarcidos pelas isenções e
15 demais decisões adotadas pelos governos centrais.

16
17 Salientou que as forças políticas apresentam, naturalmente, opções distintas, pois, caso
18 contrário, não haveria debate político, sendo que a proximidade das eleições influenciou
19 os discursos, que passaram a refletir uma maior ênfase eleitoral, com a oposição a destacar
20 os aspetos negativos, enquanto da sua aparte sublinhava as medidas implementadas, ainda
21 que reconhecendo que não foi possível concretizar todas as ações desejadas e que esta
22 divergência de perspetivas é inerente ao debate político e reflete diferentes visões dos
23 factos, uma vez que a mesma realidade pode ser percecionada de formas distintas.

24
25 Relativamente às Opções do Plano e Orçamento para 2025, no que diz respeito às obras
26 em que existiam relações com o Estado, sempre houve colaboração com o mesmo, no
27 entanto, essa colaboração nunca impediu a formulação de críticas sempre que necessário
28 e até foram assinados diversos documentos com sucessivos Governos que, naturalmente,
29 deveriam ser cumpridos e é essa a questão que têm colocado.

30
31 No que concerne ao novo hospital, ficou evidente que o Município não poderia avançar
32 com as obras de acessibilidades e com a infraestrutura da rede de água e saneamento sem
33 o devido financiamento por parte do Estado, que era uma condição imprescindível que
34 não foi atendida.

35 Posteriormente, verificou-se que o processo para o abastecimento de energia ao hospital,
36 que não era uma competência da Câmara Municipal e apenas lhes foi comunicado, não
37 se encontrava sequer a decorrer, facto que lhes causou surpresa, dada a relevância da
38 situação e as implicações diretas no projeto municipal. Esta constatação não representou
39 um ataque ao Governo ou às entidades centrais, mas sim a identificação de uma situação
40 que era grave, porque o hospital sem energia não funcionaria, e que exigia uma resolução
41 célere.

42 Referiu que a E-REDES informou que a obra para o fornecimento de energia teria um
43 prazo de execução de 1 ano, após a entrega do projeto, que à data ainda não estava
44 elaborado, e, ao contrário do que foi referido, o Presidente da Câmara tomou a iniciativa
45 de intervir, apesar de não ter responsabilidades diretas sobre aquela matéria,
46 estabelecendo contactos e procurando soluções no que respeita ao novo hospital e a outras
47 questões relevantes. A sua atuação foi sempre marcada por uma postura proativa, leal e
48 de diálogo direto, embora possam existir diferentes perspetivas sobre determinadas
49 matérias. Manteve uma posição firme e crítica quando necessário, e sempre orientada
50 para o interesse de Évora e pela melhoria das condições de vida da população de Évora.

1 Em relação às questões de financiamento, desde 2013 que tem reiterado que a principal
2 dificuldade para o equilíbrio económico e financeiro do Município continua por resolver,
3 nomeadamente a questão do sistema multimunicipal de águas e saneamento e que
4 enquanto esta situação permanecer inalterada, o problema persistirá, independentemente
5 do Executivo municipal em funções, a menos que se proceda a um aumento significativo
6 das tarifas, como chegou a ser proposto, com uma subida de 40% ao ano, proposta essa
7 que foi recusada e que, para além desta questão, existiam outros problemas.

8
9 Neste último ano do mandato, foi apresentado um conjunto de propostas e atividades que
10 ultrapassam o horizonte temporal do Executivo em funções e, independentemente de
11 quem assumisse a responsabilidade na gestão autárquica subsequente, seria essencial dar
12 continuidade a diversas iniciativas, tendo em conta as necessidades e desafios de Évora.
13 Naturalmente, a prioridade sempre foi que a CDU prosseguisse este trabalho. Contudo,
14 independentemente da força política que sucedesse, certas questões exigiriam
15 acompanhamento e continuidade para uma resposta eficaz às exigências do Concelho.

16
17 Ao longo do mandato, manteve-se uma postura atenta às informações e propostas
18 recebidas, assumindo uma posição crítica quando necessário e recusando as medidas que
19 não fossem consideradas adequadas, ao mesmo tempo que se procurou encontrar soluções
20 para as questões prioritárias, sempre com o objetivo de responder da melhor forma aos
21 desafios do Município.

22
23 **O deputado Francisco Brito** gostaria de compreender de que forma foi realizada a
24 compatibilização das especialidades, no âmbito do projeto de infraestruturas de
25 fornecimento ao hospital, considerando que, no final de 2024, se verificou a inexistência
26 de um projeto de eletricidade e, ainda que essa responsabilidade não recaia sobre o
27 Município, competia-lhe conhecer o traçado das linhas de eletricidade, uma vez que a
28 definição dessas infraestruturas se inseria no âmbito das suas atribuições.

29 Tendo em conta que, há mais de um ano, o Município dispunha do projeto das
30 acessibilidades e das infraestruturas, torna-se difícil compreender como um hospital pôde
31 ser construído sem que estivesse devidamente definido o seu abastecimento elétrico,
32 especialmente por parte de quem era responsável pelos projetos de infraestruturas,
33 situação que se revela incompreensível.

34 Naturalmente, o anterior Governo terá, também, a sua quota-parte de responsabilidade,
35 no entanto, não se compreende como é que, nesta fase, o Presidente da Câmara conseguiu
36 apresentar esta questão como um feito positivo. Se tivesse levantado esta preocupação
37 em 2020 teria sido essencial nessa altura, agora parece ser uma abordagem tardia e seria
38 igualmente relevante esclarecer em que condições foram elaborados os projetos.

39
40 **A deputada Paula Pita** pretendia questionar o senhor Presidente, ou a bancada do PSD,
41 uma vez que integra a força política que compõe o Governo, e porque tinha conhecimento
42 de que no âmbito da construção da parte física de escolas não havia financiamento do
43 PRR, dado que este programa se destinava exclusivamente a investimentos em
44 tecnologia, se no Orçamento do Estado para 2025, estavam previstos os montantes
45 necessários para a requalificação da Escola Secundária André de Gouveia (ESAG) e a
46 Escola Básica Santa Clara de Évora.

47
48 **O Presidente da Câmara** esclareceu que a Autarquia solicitou ao dono da obra as
49 condições necessárias para a elaboração do projeto e com base nas informações
50 fornecidas, o projeto foi desenvolvido sem qualquer indicação de infraestruturas elétricas
51 a atravessar as acessibilidades ou as redes de abastecimento de água.

Sublinhou que o conhecimento posterior dessa situação não poderia ter sido antecipado pela Câmara, nem era da sua competência fazê-lo, e que a responsabilidade pela infraestrutura de abastecimento de energia elétrica do hospital cabia exclusivamente ao dono da obra, uma vez que se trata de um elemento essencial do projeto.

Acrescentou que, ao solicitar os dados necessários, foram transmitidas as informações relativas aos atravessamentos e acessos para gás e outras infraestruturas, permitindo a execução do projeto, de acordo com as indicações recebidas.

Concluiu, assim, que essa questão não pode ser imputada à Câmara Municipal, considerando que esta atuou dentro das suas atribuições e com base nos elementos disponibilizados.

Relativamente ao financiamento da ESAG, foi estabelecido um acordo escrito entre a Associação Nacional de Municípios e o Estado Central, que definiu um conjunto de 451 escolas de intervenção prioritária, nas quais o Estado assegura o respetivo financiamento. Entre essas escolas encontram-se a ESAG, a Santa Clara e a Conde de Vilalva, embora não tenham sido incluídas na primeira prioridade, teria sido desejável que o fossem.

No que respeita à Escola Conde de Vilalva, o financiamento foi garantido pelo Estado, foi apresentado um projeto e realizada uma engenharia financeira, dado que o financiamento será proveniente de duas fontes distintas e face a esta garantia, foi possível avançar.

Em relação às restantes escolas, aguarda-se o cumprimento do acordo estabelecido, uma vez que se tratava de um documento público e amplamente conhecido, contudo, não era possível fornecer uma resposta definitiva quanto aos prazos e à concretização das demais intervenções.

A deputada Paula Pita afirmou que essa era exatamente a sua questão e reconheceu tudo o que o senhor Presidente havia mencionado, apenas pretendia saber se estava previsto no Orçamento de Estado que tal acontecesse e se o senhor Presidente ou a bancada do PSD tinham conhecimento dessa previsão.

O Presidente da Câmara transmitiu que, de acordo com as informações recebidas, no próximo ano haverá financiamento apenas para a obra na Escola Conde de Vilalva.

Deliberação das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2025.

Aprovado por maioria, com 8 votos a favor da CDU, 5 votos contra da Coligação Mudar com Confiança e 20 abstenções, 13 do PS, 3 do MCE, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do Chega, verificando-se 33 presenças.

Declaração de voto do Movimento Cuidar de Évora

“Grupo da Assembleia Municipal do Movimento Cuidar de Évora, analisou as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2025.

Antes de mais, não podemos deixar de dar nota que quem prepara um orçamento e um plano de atividades, imprime nele a sua visão para a cidade e as suas prioridades, consubstanciadas no seu programa eleitoral. E é essa visão que o executivo CDU plasmou nos documentos em análise.

Após esta declaração prévia, queremos deixar bem claro, e de forma inequívoca, que não nos revemos neste orçamento e neste plano, que de forma alguma refletem o programa do Movimento Cuidar de Évora, para o concelho. Estes documentos não estão alinhados com as prioridades e identidade do Movimento.

Na gestão autárquica fazem-se escolhas. As gestões eficientes e eficazes dos recursos obrigam a isso. A responsabilidade da gestão política, o cumprimento dos programas

1 *eleitorais que foram a escrutínio público, apesar de, infelizmente, muitas vezes não serem*
2 *cumpridos, cabem ao executivo. Contudo, ao longo do tempo, é dever dos eleitos*
3 *acompanhar os resultados produzidos (ou falta de...), de forma a imprimir as necessárias*
4 *correções, sempre de uma forma transparente.*

5 *O atual Executivo CDU, tentou corrigir algumas questões importantes para o concelho,*
6 *nomeadamente no que concerne ao aumento das verbas disponíveis na área de higiene e*
7 *limpeza. No entanto, muitas não saíram do papel, salvo em situações pontuais e extremas,*
8 *como a compra de uma viatura para a recolha do lixo, após 9 viaturas se encontraram*
9 *avariadas.*

10 *Mais exemplos poderiam ser apresentados, mas ficamo-nos por aqui, realçando o facto*
11 *de que no entendimento do MCE, os resultados obtidos pela gestão CDU ficaram muito*
12 *aquém das expectativas dos eborenses.*

13 *No entanto, não podemos deixar de sublinhar, pela sua importância, o regresso, em 2025,*
14 *dos subsídios às organizações sociais, por proposta do Movimento Cuidar de Évora,*
15 *repondo-se a justiça nesta matéria.*

16 *Também o Mapa de Pessoal mereceu atenção especial do Movimento Cuidar de Évora,*
17 *sendo ele, uma das razões para não termos inviabilizado o orçamento municipal de 2025.*
18 *O MCE quis assim garantir que muitos colaboradores da CME possam evoluir na*
19 *carreira, que necessita de ser dignificada e reconhecida.*

20 *Nunca é demais dizer que nunca haverá equilíbrio das finanças camarárias, se o*
21 *executivo não tomar medidas necessárias ao aumento receita e, tal como a ROC*
22 *recomendou no documento por ela produzido, de incrementar mecanismos de controlo.*
23 *Por outro lado, o município tem que obrigatoriamente diminuir as despesas, melhorar os*
24 *processos e procedimentos, tornando-os mais eficazes, de forma a garantir uma melhor*
25 *gestão e reorganização dos serviços.*

26 *Para terminar, o MCE deixa algumas das suas preocupações que visam o bem-estar e o*
27 *cuidado que os eborenses merecem:*

28 *- a deterioração da qualidade dos nossos serviços a diminuta capacidade creditícia e*
29 *capacidade de execução;*

30 *- a falta de soluções, a curto prazo, no que diz respeito à habitação, embora nos últimos*
31 *meses tenham aparecidos projetos no âmbito do Plano Local de Habitação e novos*
32 *licenciamentos;*

33 *- a questão da limpeza e higiene urbana;*

34 *- a questão do tráfego rodoviário, infraestruturas e mobilidade;*

35 *- a necessidade de construir uma cidade sustentável, tendo em consideração as*
36 *alterações climáticas e o aumento exponencial de turistas, expectável nos próximos anos;*

37 *- Évora CEC 27;*

38 *- capacidade de executar projetos estruturantes para o concelho e com impacto na cidade*
39 *e no Alentejo, no âmbito da Évora27, PPR e PT 2030.*

40 *Face ao exposto, e em consonância com a tomada de posição da nossa Vereadora, Dra.*
41 *Florabela Fernandes em sede de reunião de Câmara, a bancada municipal do MCE irá*
42 *abster-se.”*

43

44 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 9.

45

46 **9. Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora /** 47 **Atualização de valores para o ano de 2025.**

48

49 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

50

1 **O Presidente da Câmara** informou que a proposta segue as diretrizes regulamentadas,
2 procedendo a uma atualização baseada na taxa de inflação que incluiu um conjunto de
3 taxas resultantes da transferência de competências, mas teve, fundamentalmente, como
4 objetivo a atualização de acordo com a taxa de inflação.

5
6 **Deliberação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de**
7 **Évora / Atualização de valores para o ano de 2025.**

8 **Aprovado por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 10.

11
12 **10. Autorização prévia para compromissos plurianuais no ano de 2025 no âmbito**
13 **da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.**

14
15 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

16
17 **O Presidente da Câmara** referiu que, uma vez mais, se trata de um documento de gestão
18 normal apresentado, conforme é habitual, à Assembleia Municipal, permitindo-lhe
19 exercer o devido controlo, tratando-se de um instrumento auxiliar na gestão corrente da
20 Câmara.

21
22 **Deliberação da Autorização Prévia para Compromissos Plurianuais no ano de 2025, no**
23 **âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.**

24 **Aprovado por maioria**, com 30 votos a favor, 13 do PS, 7 da CDU, 5 da Coligação Mudar com
25 Confiança, 2 do MCE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do Chega e 1 abstenção do BE,
26 verificando-se 31 presenças.

27
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 11.

29
30 **11. Contratação de eventuais empréstimos de curto prazo no ano 2025 para**
31 **ocorrer a dificuldades de tesouraria.**

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

34
35 **O Presidente da Câmara** recordou que este instrumento só podia ser aprovado na sessão
36 de aprovação das Opções do Plano e do Orçamento, com o objetivo de garantir que, caso
37 fosse necessário, poderia ser utilizado ao longo do ano.

38 No entanto, como era sabido, não tinha sido utilizado, uma vez que se considerava não
39 existir necessidade para tal e era um mecanismo que teria de ser contraído e liquidado,
40 obrigatoriamente, no mesmo exercício financeiro, não podendo transitar para o ano
41 seguinte, sendo que a única situação em que poderia ter sido equacionada a sua utilização,
42 mas que não estava a ser ponderada naquele momento, diria respeito à possibilidade de o
43 empréstimo corresponder ao montante da dívida que o Estado deveria transferir para o
44 Município, no âmbito da transferência de competências, de forma a assegurar o
45 pagamento de salários. Contudo, essa hipótese não estava a ser considerada, na expectativa
46 de que a situação fosse resolvida no início do ano seguinte.

47
48 De qualquer modo, tratava-se de um instrumento que apenas poderia ser aprovado
49 naquela sessão e cuja eventual contração exigiria posterior apreciação e aprovação pela
50 Assembleia Municipal, que teria a capacidade total para controlar a sua concretização,
51 bem como sobre qualquer outro empréstimo que viesse a ser contratado.

1
2 **O deputado Natanael Vinha** referiu que este instrumento, que estava a ser votado e que
3 havia sido aprovado em todos os anos anteriores sem, no entanto, ter sido utilizado,
4 poderia, este ano, vir a ser necessário, pelo que manifestou preocupação face às
5 dificuldades orçamentais já mencionadas no decurso da sessão, alertando para a
6 possibilidade de o Município ser confrontado com a necessidade de recorrer a este
7 empréstimo de curto prazo, num ano que não era de gestão normal, pelas razões já
8 discutidas.

9 Informou que o Partido Socialista mantinha o critério adotado em anos anteriores, de não
10 viabilizar a sua aprovação, no entanto, expressou a sua apreensão quanto à eventualidade
11 de, no futuro, ser confrontado com uma situação em que a não aprovação deste
12 mecanismo pudesse comprometer o pagamento de salários, o funcionamento das escolas
13 ou outras áreas essenciais do Município e que não gostaria de se ver perante uma
14 inevitabilidade dessa natureza, ao longo do ano.

15 Relativamente à previsão de receitas, provenientes das transferências de competências e
16 de outras fontes, considerou que, com a aprovação do orçamento do Estado na Assembleia
17 da República, deveria existir um mapa indicativo dos montantes a transferir para a
18 Câmara Municipal de Évora e que era com base nesse mesmo mapa que se efetuava a
19 previsão das receitas municipais, pelo que essa questão não deveria constituir um
20 problema inesperado, caso contrário, esse facto já teria sido previamente assinalado.

21 Concluiu afirmando que, na votação, todos os presentes manifestaram confiança no
22 processo e votaram favoravelmente.

23
24 **O Presidente da Câmara** esclareceu que o Fundo de Fomento de Descentralização,
25 responsável pelo financiamento das transferências de competências, teve uma previsão
26 de aumento de 2%, mas os salários da função pública registaram um aumento que,
27 considerando os encargos totais, foi de, no mínimo, cerca de 3% e que essa estimativa
28 incluía não apenas os valores líquidos, mas também os encargos associados.

29
30 Relativamente ao empréstimo, expressou a convicção de que não seria necessária a sua
31 utilização e reforçou a certeza de que, caso fosse preciso recorrer a esse financiamento, a
32 situação ficaria resolvida no mandato, evitando um cenário semelhante ao de 2013,
33 quando assumiu funções, e teve de liquidar um empréstimo de curto prazo que
34 apresentava graves problemas de legalidade.

35
36 **Deliberação da Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2025,**
37 **para ocorrer a dificuldades de Tesouraria.**

38 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

39
40 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 12.

41 **12. Plano Municipal de adaptação às alterações climáticas.**

42
43 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

44
45 **O Presidente da Câmara** solicitou ao vereador responsável por esta área que realizasse
46 uma breve apresentação do Plano, que havia sido distribuído e previamente apresentado
47 na Câmara, proporcionando, assim, um resumo sucinto do mesmo.

48
49 **O senhor Vereador Alexandre Varela** destacou que este processo resultou de um
50 trabalho desenvolvido pelo Município de Évora, ao longo de vários anos, desde a adesão
51 ao Pacto de Autarcas, passando pela Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações

1 Climáticas em 2016, com o Acordo de Cidade Verde em 2021 e culminando, agora, na
2 elaboração do Plano de Adaptação às Alterações Climáticas.

3 Este plano previu não apenas a adaptação às alterações climáticas, mas integrou também,
4 de forma complementar, medidas de mitigação, abordando tanto os efeitos como as
5 causas das alterações climáticas, em harmonia com as orientações seguidas no âmbito dos
6 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aos quais o Município aderiu, tal como a
7 maioria dos municípios em Portugal.

8 Tratou-se de um trabalho de grande envergadura e especificidade, sustentado por uma
9 visão multidisciplinar que considerou diversas dimensões, preocupando-se em articular
10 os vários planos em vigor, desde o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, o Plano de
11 Urbanização e o Plano Diretor Municipal, refletindo igualmente sobre questões de
12 natureza social, integrando perspetivas que consideraram os diferentes planos existentes
13 no âmbito social, bem como o conhecimento aprofundado do território e das
14 infraestruturas nele presentes, incluindo redes rodoviárias, infraestruturas de água e
15 saneamento, e, em particular, as redes pluviais.

16 O plano, de natureza complexa e ambiciosa, incluiu ainda uma vertente estratégica, ao
17 definir um conjunto de orientações e direções para o desenvolvimento do território até
18 2100 e, neste contexto, tratou-se de um Plano Municipal cuja eficácia dependerá, em
19 grande medida, do acompanhamento e da articulação com outros Municípios do País.

21 **Deliberação do Plano Municipal de adaptação às alterações climáticas.**

22 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

24 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 13.

26 **13. Alteração Simplificada ao Plano de Urbanização de Évora. Processo** 27 **4/DORU.**

29 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

31 **O Presidente da Câmara** esclareceu que tem a ver, exatamente, com as questões
32 relacionadas com o Plano Local de Habitação, bem como com a possibilidade de
33 utilização de um terreno público situado no Bacelo, o viveiro, para a construção de
34 habitação pública naquela zona e posteriormente para procurar articular com outros
35 terrenos congéneres, portanto, foi nesse contexto que se propôs a referida alteração
36 apresentada à Assembleia, uma vez que se considerou que esse terreno poderia e deveria
37 ser destinado a esse fim.

39 **O deputado Francisco Brito** afirmou que, tanto o PSD como o CDS, votariam
40 favoravelmente, reconhecendo a necessidade de habitação, no entanto, expressou
41 algumas reservas quanto ao desenho proposto das vias e dos cruzamentos, considerando
42 a localização e a topografia da área em questão. Questionou se se tratava de uma alteração
43 de usos e não a definição final do desenho urbano previsto e salientou que, caso a proposta
44 avançasse, deveria ser submetida a uma discussão com uma equipa mais alargada, de
45 modo a avaliar se, de facto, seria a melhor solução.

47 **O deputado Luís Pardal** destacou que aquela área, situada numa localização central no
48 Bairro do Bacelo, há vários anos que se encontrava degradada e abandonada, pelo que a
49 sua reabilitação representaria um passo significativo para a ampliação da resposta no
50 âmbito da habitação e, nesse sentido, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que
51 assumisse, de forma clara, a disponibilidade para partilhar com a Junta de Freguesia todo

o processo, sublinhando o empenho da Junta de Freguesia na colaboração para a concretização deste objetivo, salientando que a população local já começava a manifestar preocupações sobre aspetos mais específicos, considerando essencial que a Junta de Freguesia seja envolvida em todas as fases do processo.

O Presidente da Câmara, relativamente à primeira intervenção, confirmou que estava a ser proposta uma alteração de uso e, posteriormente, seria necessário um desenho mais detalhado, no que respeita às infraestruturas, e em relação ao processo em curso recordou que essa alteração de uso não modificava, nesta fase, a titularidade do terreno, que continuava a pertencer ao Estado, pelo que seria necessária uma negociação com o Estado sobre esta matéria.

Informou que o Município manifestou a sua disponibilidade para negociar e receber o terreno, com o objetivo de promover habitação, embora também pudesse existir interesse, por parte do Estado, em desenvolver esse projeto diretamente, através do IHRU, sendo que o Município iniciaria as negociações com o Estado e, naturalmente, envolveria a Junta de Freguesia neste processo.

Deliberação Alteração Simplificada ao Plano de Urbanização de Évora. Processo 4 /DORU.

Aprovada por unanimidade, verificando-se 32 presenças

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passavam ao ponto 14.

14. Aceitação da Mutuação da Dominialidade Pública | Hospital Central do Alentejo. Acessos Rodoviários.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara referiu que se tratava de uma transferência de propriedade, na qual, em termos práticos, a posse pública, não pertencente ao domínio privado do Município, mas ao domínio público das estradas, passava para outra entidade. Esta transferência abrangia o troço até à primeira rotunda da Estrada das Alcáçovas, assegurando a interligação com o acesso ao novo Hospital e à Estrada para Lisboa. Além disso, contemplava a construção de uma rotunda nessa via, de modo a garantir a adequação dos acessos. Foi, igualmente, estabelecido que as infraestruturas viárias e a rede de abastecimento de água permaneceriam no domínio público. O acordo formalizado com a Infraestruturas de Portugal (IP) consolidava, assim, um entendimento que já havia sido previamente delineado.

Deliberação Aceitação da Mutuação da Dominialidade Pública | Hospital Central do Alentejo. Acessos Rodoviários.

Aprovada por unanimidade, verificando-se 32 presenças.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passavam ao ponto 15.

15. Contratos Interadministrativos para delegação de competências com as Uniãos e Juntas de Freguesia do Concelho para o ano de 2025.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

1 **O Presidente da Câmara** concedeu a palavra ao senhor Vereador e Vice-Presidente da
2 Câmara, Alexandre Varela, para que este pudesse fazer uma intervenção sintética.

3 **O senhor Vereador Alexandre Varela** esclareceu que as delegações de competências
4 não constituíam transferências de competências, mas sim matérias que foram objeto de
5 negociação e acordo entre o Município e as Juntas de Freguesia, incluindo as Uniões de
6 Freguesia. Neste contexto, foi proposta a manutenção das delegações previamente
7 estabelecidas, tanto com as freguesias urbanas como com as freguesias rurais.

8 Foram, no entanto, introduzidas algumas alterações, nomeadamente no que respeita à
9 utilização e gestão de parques infantis em determinadas freguesias que manifestaram
10 interesse nesse âmbito, outras freguesias aceitaram a proposta de assegurar a recolha de
11 resíduos urbanos volumosos nos respetivos territórios, ficando o Município responsável
12 pela deposição em aterro e pelos encargos associados. Foram, ainda, contempladas
13 situações pontuais, como a limpeza de bermas e valetas, bem como a regularização de
14 questões antigas, incluindo um caso específico em São Mansos, que se procurou resolver
15 através dos contratos interadministrativos.

16
17 **O deputado Luís Pardal** destacou a importância de a Câmara Municipal reconhecer o
18 que respeita à instalação e manutenção das placas de toponímia que, de acordo com a
19 legislação, a responsabilidade pela colocação e manutenção destas placas cabe às Juntas
20 de Freguesia, enquanto a aquisição é da competência da Câmara Municipal, em resultado
21 de uma posição previamente manifestada pelas Juntas de Freguesia, tendo sido
22 reconhecida pela Câmara Municipal, o que merece uma nota positiva.

23 Relativamente à sua Freguesia e no âmbito dos parques infantis, considerou um avanço
24 significativo, considerando os 2 parques infantis localizados no Bairro de Santa Luzia e
25 no Bairro da Câmara, cuja requalificação era uma prioridade da Junta de Freguesia há já
26 bastante tempo e que através do contrato estabelecido, a Junta de Freguesia assumirá
27 integralmente o investimento, ficando, assim, habilitada a proceder à concretização deste
28 projeto em espaços pertencentes à Câmara Municipal.

29
30 **Deliberação dos Contratos Interadministrativos para delegação de competências**
31 **com as Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho para o ano de 2025.**

32 **Aprovada por unanimidade**, verificando-se 32 presenças.

33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que passavam ao ponto 16.

35
36 **16. Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do**
37 **Concelho de Évora para o ano de 2025.**

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.

40
41 **O Presidente da Câmara** concedeu a palavra ao senhor Vereador e Vice-Presidente da
42 Câmara, Alexandre Varela.

43
44 **O Vereador Alexandre Varela** informou que se mantiveram as delegações de
45 competências que vinham sendo aprovadas, anualmente, com os Diretores dos
46 Agrupamentos, no sentido de devolver todas as competências transferidas para os
47 Municípios, nomeadamente para o Município de Évora, e que a alteração em relação ao
48 procedimento habitual, nesta matéria, foi a transferência da gestão do refeitório escolar
49 da Escola Básica da Cruz da Picada para a Escola Manuel Ferreira Patrício, alteração que
50 resultou de um processo de negociação e de um acordo estabelecido entre a Câmara

Municipal, a União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras e o diretor da Escola Manuel Ferreira Patrício.

Deliberação dos Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Évora para o ano de 2025.

Aprovada por unanimidade, verificando-se 32 presenças.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passavam ao ponto 17.

17. Informação Financeira | 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, PPI e PAM – 2024.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara esclareceu que a modificação teve como objetivo proceder a um ajustamento relacionado, essencialmente, com as obras do novo hospital e tratou-se da transição de determinadas questões financeiras e orçamentais do ano de 2024 para 2025, conforme já referido anteriormente, efetuado tanto ao nível do orçamento como do Plano Plurianual de Investimentos.

Deliberação da Informação Financeira | 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, PPI e PAM – 2024.

Aprovado por maioria, com 10 votos a favor, 7 da CDU, 1 do BE, 1 do MMPI e 1 do MICAZA e 22 abstenções, 13 do PS, 5 da Coligação Mudar com Confiança, 3 do MCE e 1 do Chega, verificando-se 32 presenças.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passavam ao ponto 18.

18. Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau | Chefe de Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento, da Estrutura Orgânica do Município de Évora.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara confirmou tratar-se exatamente do concurso para a chefia da Divisão de Obras, Água e Saneamento do Município.

O deputado Francisco Brito pretendia apenas compreender se a lógica desse concurso foi manter o dirigente que, entretanto, havia sido nomeado para o cargo ou se visava, de facto, a seleção de um novo dirigente

O Presidente da Câmara afirmou que se tratava de um concurso público, pelo que tanto o atual ocupante do cargo, caso assim o entendesse, poderia candidatar-se, como qualquer outro candidato que reunisse os requisitos necessários.

Deliberação da Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau | Chefe de Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento, da Estrutura Orgânica do Município de Évora.

Aprovada por unanimidade, verificando-se 32 presenças.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que passavam ao ponto 19.

1
2 **19. Plano de Atividades e Orçamento para 2025 e Plano Plurianual de Investimentos**
3 **2026/2029 da Habévora. E.M (para conhecimento)**
4

5 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara.
6

7 **O Presidente da Câmara** informou que o documento havia sido distribuído e estava
8 disponível para consulta. Aproveitou a ocasião para partilhar informações relativas ao
9 Plano Local de Habitação, salientando dados já publicados, mas considerados relevantes.
10 Até àquele momento, no Alentejo Central, no distrito de Évora, tinham sido submetidas
11 propostas de apoio financeiro ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)
12 para um total de 731 famílias. Destas, 216 obtiveram financiamento através do PRR,
13 enquanto as restantes seriam apoiadas, segundo o Governo, através do programa Primeiro
14 Direito e do Orçamento do Estado.
15

16 No que respeita ao Concelho de Évora, das 731 candidaturas apresentadas, 439 diziam
17 respeito a este território. Para o PRR estavam previstas 142 famílias, enquanto as restantes
18 297 seriam financiadas não pelo PRR, mas ao abrigo da Resolução do Conselho de
19 Ministros n.º 129/22, de 25 de setembro, que regulamentava as condições de
20 financiamento pelo Orçamento do Estado.
21

22 De qualquer forma, a referida resolução do Conselho de Ministros não estava ainda
23 regulamentada, pelo que aguarda-se a sua regulamentação, considerando importante
24 deixar esta informação registada, uma vez que era relevante para o apoio às famílias, que
25 não dispunham de solução no âmbito da habitação pública.
26

27 Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início
28 ao segundo período de intervenção do público, questionando se havia algum pedido.
29 Verificando não haver pedidos, por parte do público, o **Presidente da Assembleia**
30 **Municipal** deu por terminada a Ordem de Trabalhos.
31

32 **APROVAÇÃO EM MINUTA**
33

34 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta iria ser lida pela
35 2ª Secretária, Maria da Nazaré Pereira Lança.
36

37 *“Aos 20 dias do mês de dezembro de 2024, pelas 21 horas, no Palácio D. Manuel, reuniu*
38 *a Assembleia Municipal de Évora em sessão ordinária, tendo deliberado o seguinte:*
39 *aprovar a introdução dos pontos 17, 18 e 19 no período da Ordem do dia; aprovou por*
40 *maioria o Mapa Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano 2025; foi aprovado*
41 *por maioria o Imposto Municipal sobre Imóveis para 2025; foi aprovado por maioria a*
42 *Taxa de Derrama para 2025; foi aprovado por unanimidade a Taxa Municipal de*
43 *Direitos de Passagem para 2025; foi aprovado por maioria a Participação Variável no IRS*
44 *para 2025; foram aprovadas por maioria as Opções do Plano e Orçamento para o ano de*
45 *2025; foi aprovado por unanimidade o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do*
46 *Município de Évora - Atualização de valores para o ano de 2025; foi aprovado por maioria*
47 *a autorização Prévia para Compromissos Plurianuais no ano de 2025, no âmbito da Lei dos*
48 *Compromissos e dos Pagamentos em Atraso; foi aprovado por unanimidade a Contratação*
49 *de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2025, para ocorrer a dificuldades de*
50 *Tesouraria; foi aprovado por unanimidade o Plano Municipal de Adaptação às Alterações*
51 *Climáticas; foi aprovado por unanimidade a Alteração Simplificada ao Plano de*

Urbanização de Évora - Processo 4 -DORU; foi aprovado por unanimidade a Aceitação da Mutuação da Dominialidade Pública - Hospital Central do Alentejo - Acessos Rodoviários; foram aprovados por unanimidade os Contratos Interadministrativos para delegação de competências com as Uniões e Juntas de Freguesia do Concelho para o ano 2025; foram aprovados por unanimidade os Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Évora para o ano 2025; foi aprovado por maioria 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, PPI e PAM 2024; foi aprovado por unanimidade a Constituição de Júri para Recrutamento de Dirigente de Cargo de Direção Intermédia de 2º Grau - Chefe de Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento, da Estrutura Orgânica do Município de Évora.”

O Presidente da Assembleia Municipal colocou em votação a Ata em minuta.

A Assembleia Municipal de Évora deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas da presente Ata, nos termos do nº 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada a sessão, pelas duas horas do dia seguinte, da qual para constar se elaborou a presente Ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUBSTITUIÇÃO

Jorge Quina Ribeiro de Araújo

O 1º SECRETÁRIO

Ananias Quintano

A 2ª SECRETÁRIA

Maria da Nazaré Lança